

BARÓMETRO DE COESÃO SOCIAL – 2024

DISTRITO DE MOMA

(2ª Ronda)

Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman, Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves, Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila, Sandrângela Fortes





BARÓMETRO DE COESÃO SOCIAL – 2024

DISTRITO DE MOMA

(2ª Ronda)

Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman,
Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves,
Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila, Sandrângela Fortes

Relatório de Investigação Nº20
IESE, Agosto de 2025

Título: Barómetro de Coesão Social - 2024. Distrito de Moma (2a Ronda)

Autores: Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman,
Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves,
Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila, Sandrângela Fortes

Copyright © IESE, 2025

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
Rua Macombe Macossa, nº 142, Sommerschield 1
Maputo, Moçambique
Telefone: + 258 21 486043
Email: iese@iese.ac.mz
Website: www.iese.ac.mz

Número de Registo: 11958/ RLINICC/2025
ISBN: 978-989-8464-83-5

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Os autores agradecem ao Conselho de Serviços de Representação do Estado na Província de Nampula e ao Governo do Distrito de Moma pelo apoio concedido na realização da pesquisa de campo e a todos os cidadãos que aceitaram participar na pesquisa.

Índice

INTRODUÇÃO 11

1. O DISTRITO DE MOMA..... 14

2. PERFIL DOS INQUIRIDOS..... 18

3. INCLUSÃO..... 21

4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO..... 35

5. CONFIANÇA NOS OUTROS..... 38

6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES..... 44

7. REPRESENTAÇÃO 49

8. ENGAJAMENTO CÍVICO..... 56

NOTAS FINAIS..... 63

REFERÊNCIAS..... 66

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Informação sociodemográfica 18

Tabela 2 – Condições de vida actuais (ocupação) 22

Tabela 3 – Condições no futuro (idade) 28

Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação) 28

Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação) 28

Índice de Gráficos

Gráfico A – Eleições Legislativas - Moma.....	15
Gráfico 1 - Nível de formação por sexo	19
Gráfico 2 - Ocupação	20
Gráfico 3 - Condições de vida actuais	21
Gráfico 4 - Condições de vida no passado	27
Gráfico 5 - Condições de vida no futuro	27
Gráfico 6 - Você acha que o Governo discrimina as pessoas com base em.....	29
Gráfico 7 - Você sente que as pessoas têm as mesmas oportunidades para.....	32
Gráfico 9 - Aqui existem muitas pessoas vindas de fora	36
Gráfico 10 - Relações com os migrantes.....	37
Gráfico 11 - Quando você tem um problema, tem alguém a quem recorrer para pedir ajuda?.....	38
Gráfico 12 - Em que medida se sente integrado na sua comunidade.....	38
Gráfico 13 - Quando você tem um problema, tem alguém a quem recorrer para pedir ajuda	39
Gráfico 15 - Relacionamento com os outros.....	41
Gráfico 16 - Em que medida concordaria em casar com uma pessoa de uma religião diferente da sua	41
Gráfico 16a - Em que medida concordaria em casar com uma pessoa de uma religião diferente da sua?.....	42
Gráfico 17 - Relacionamento com pessoas de outro partido (2024)	43
Gráfico 17a - Relacionamento com pessoas de outro partido (2022).....	43
Gráfico 18 - Confiança nos serviços.....	44
Gráfico 19 - Confiança nas lideranças locais.....	46
Gráfico 20 - Confiança na liderança provincial e nacional.....	47
Gráfico 21 - Avaliação do Governo.....	49
Gráfico 22 - Governação (nacional) de outro partido.....	49
Gráfico 23 - Interesse dos partidos pelas opiniões dos cidadãos.....	52
Gráfico 23a - Interesse dos deputados pelas opiniões dos cidadãos	53
Gráfico 24 - Interesse dos membros da Assembleia Provincial em	

ouvir os cidadãos.....53

Gráfico 25 - Líderes tradicionais defendem os interesses dos cidadãos..... 54

Gráfico 25a - Secretários defendem os interesses dos cidadãos 55

Gráfico 26 - Consultas a nível local sobre decisões..... 55

Gráfico 27 - Diga se nos últimos anos... 56

Gráfico 28 - Participação em reuniões da comunidade 57

Gráfico 29 - Encontros para discutir um problema 57

Gráfico 30 - No último ano contactou um... 58

Gráfico 31 - As autoridades locais envolvem na tomada de decisões
os jovens e as mulheres 58

Gráfico 32 - Tem recebido as informações necessárias para formar uma
opinião sobre os assuntos que são importantes para a comunidade..... 59

Gráfico 33 - Conhecimento dos problemas da comunidade..... 59

Gráfico 34 - Capacidade de apresentar pontos de vista à comunidade..... 60

Gráfico 35 - Capacidade de apresentar pontos de vista às autoridades..... 60

Gráfico 36 - Importância do protesto para a mudança..... 61

Gráfico 37 - Participação em organizações sociais..... 61

INTRODUÇÃO

O “Barómetro de Coesão Social” (BCS) é uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) no âmbito do Programa “COESÃO - Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique”¹. A pesquisa visa analisar, compreender, monitorar e explicar mudanças nos níveis de coesão social observadas em alguns distritos das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado².

Coesão social é um conceito tributário da tradição sociológica, que remonta a Durkheim e Tönnies. Com efeito, as noções de consciência colectiva e tipos de solidariedade (Durkheim, 1977, 1991), a distinção entre comunidade e sociedade (Tönnies, 1946) ou ainda a noção de comunidade imaginada (Anderson, 2012) representam um contributo fundamental na constituição do debate teórico sobre coesão social. A tradição sociológica sublinha a existência de laços reais ou imaginados que ligam as pessoas à volta de crenças e valores comuns, que funcionam como alicerce da coesão social. Nas últimas duas décadas, o conceito de coesão social passou, cada vez mais, a estar associado a intervenções de agências de desenvolvimento, particularmente, em matéria de prevenção e resolução de conflitos (UNDP, 2016). Apesar disso, o conceito de coesão social não reúne necessariamente consensos. Ele tem sido objecto de múltiplas definições não só na literatura académica como também na prática do desenvolvimento. Nesta pesquisa, partimos da definição de Chan et al., que considera coesão social como “interacções verticais e horizontais entre membros de uma sociedade, caracterizadas por um conjunto de atitudes e normas que incluem confiança, um sentido de pertença, vontade de participar e ajudar, bem como as suas manifestações comportamentais” (Chan, To & Chan, 2006: 290). De seguida, tomamos em consideração a história social, económica e política de Moçambique e definimos coesão social como sendo o grau de confiança no Governo e no seio da sociedade, bem como a vontade de participar colectivamente para uma visão partilhada de paz sustentável e objectivos comuns de desenvolvimento. A partir da nossa definição, duas dimensões são analisadas: a coesão horizontal, que se refere às relações entre cidadãos numa sociedade; e a coesão vertical, que considera as interacções entre as

1 O Programa COESÃO (2021 – 2025) é financiado pela Embaixada da Suíça em Maputo e implementado por três organizações nacionais: Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) e Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

2 A pesquisa do Barómetro de Coesão Social iniciou com a primeira ronda em 2022 abrangendo seis distritos: Angoche, Moma, Chimbunila, Cuamba, Chiúre e Montepuez. De acordo com o plano da pesquisa, em 2024, a segunda ronda deveria ter acontecido em todos os seis distritos. Todavia, por causa dos desafios de segurança no terreno, no contexto da violência armada em Cabo Delgado, a segunda ronda abrangeu apenas os distritos de Angoche, Moma, Chimbunila e Cuamba. Ainda em 2024, a pesquisa do Barómetro de Coesão Social obteve um financiamento da Embaixada da Suécia, facto que permitiu alargar a pesquisa para outros distritos: Maúá, Metarica, Sanga, Nipepe, Balama, Pemba, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Meconta.

instituições e cidadãos. Para estas duas dimensões, a pesquisa concentrou-se em seis indicadores, nomeadamente: inclusão, segurança e protecção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico.

A pesquisa de campo da segunda ronda decorreu de 14 a 26 de Julho de 2024 e teve a duração de duas semanas. No distrito de Moma foi administrado um inquérito a uma amostra representativa da população distrital maior de 18 anos e, para obter uma margem de erro não superior a 4% com um nível de confiança de 95%, foi usado um tamanho de amostra com 648 inquiridos. Dada a inexistência nos distritos de uma lista dos cidadãos maiores de 18 anos, que permitiria definir uma amostra realmente aleatória, recorreu-se a uma alternativa, usando como proxy a distribuição disponível da população adulta por locais de voto para atingir esse objectivo³. Em função da distribuição por locais de votação da população eleitoral recenseada (dados disponíveis das últimas eleições gerais de 2019), foi definido o número de questionários a serem realizados nos bairros à volta de cada um desses locais no distrito, na proporção do número de eleitores registados em cada um. A amostra usada nesta pesquisa é estratificada por sexo (homens, mulheres) e por idade (18 a 30 anos, mais de 30 anos). Os inquiridores tiveram a instrução de seleccionar alternadamente elementos dos quatro estratos.

Neste distrito, o inquérito foi administrado em 56 locais de votação dos dois postos administrativos, distribuídos da seguinte forma: 39 em Moma-sede e 17 em Chaluua. Para aprofundar a compreensão de alguns indicadores da coesão social, foram realizadas 24 entrevistas com informantes-chave e 4 grupos focais.

Este é o segundo inquérito sobre coesão social no distrito de Moma. A nossa interpretação das estatísticas descritivas é apoiada pelos resultados da pesquisa de 2022 e é cruzada com a informação qualitativa recolhida durante a pesquisa exploratória, notas dos inquiridores, entrevistas individuais e grupos focais realizados. Esta informação qualitativa não foi obtida em todos os locais onde o inquérito foi administrado. Assim, dinâmicas específicas de bairros e povoações onde foram realizadas entrevistas e grupos focais podem ter sido destacadas, enquanto aspectos relevantes em algumas áreas onde não houve recolha de dados qualitativos podem ter recebido menos atenção.

Para além da presente introdução e das notas finais, o relatório está organizado em oito secções, começando com uma primeira secção dedicada a uma breve descrição do distrito. A segunda secção é dedicada ao perfil dos inquiridos, onde é apresentada a sua caracterização em termos de sexo, idade, educação, ocupação e religião; a

3 Em cada ano são usadas as listas de locais de voto publicadas pelo STAE para as eleições mais recentes.

terceira secção, dedicada à inclusão, cobre aspectos referentes à avaliação das condições de vida e à percepção sobre igualdade de tratamento e oportunidades; a quarta secção é dedicada a questões relativas ao sentimento de segurança e protecção e eventuais problemas de violência; a quinta secção trata da confiança no interior do grupo de pertença e a confiança em relação a pessoas oriundas de outros locais e comunidades; a sexta secção é especialmente dedicada à confiança institucional; a sétima secção aborda questões referentes à percepção sobre alguns dos principais mecanismos de representação na perspectiva da governação; a oitava secção avalia o nível de participação e engajamento cívico.

1. O DISTRITO DE MOMA

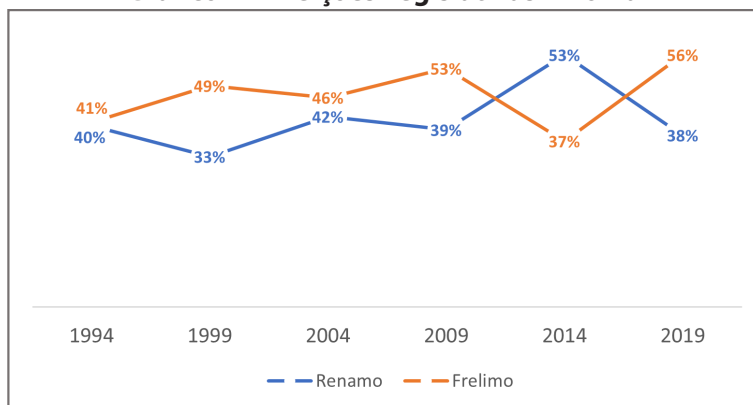
O distrito de Moma localiza-se na zona costeira da província de Nampula, fazendo limite a Norte com o distrito de Mogovolas, a Sul com o Oceano Índico, a Este com o distrito de Angoche e a Oeste com os distritos de Pebane e Gilé. Com superfície de 5.752 km² e uma população de 360.582 habitantes, Moma possui dois postos administrativos, nomeadamente Moma-sede e Chalaua, e 10 localidades: Chalaua-sede, Namiwi, Nailocone, Piqueira, Macone-sede, Jacoma, M'pago, Mirripi, Naicole e Pilivili.

No período pré-colonial, a história de Moma está ligada às dinâmicas sociopolíticas da zona costeira do Norte de Moçambique, com epicentro em Angoche, Sangage, Sancul, Quintangonha e as terras do interior habitadas maioritariamente por povos Macua-Imbamelas e Namarrais (Mattos, 2018). Neste contexto, Moma partilha características comuns das sociedades costeiras do Norte de Moçambique, particularmente sob o ponto de vista cultural e religioso, tendo o Islão como elemento fundamental, e sociopolítico, com uma história assente em resistência ao domínio dos Portugueses, no final do sec. XIX. No início do sec. XX, Moma era um território que pertencia ao comando militar de Angoche, sob administração portuguesa.

Com a chegada da Frelimo ao poder em 1975, o distrito de Moma passou pelo mesmo tipo de processo de transformação social, económica e política que o resto do país, que procurava, no caso do meio rural, assentar na socialização do campo, consubstanciada em aldeias comunais e movimento cooperativo. Neste contexto, houve marginalização das elites tradicionais na base e a sua substituição pelas estruturas da Frelimo. Muitos destes aspectos da “política rural” da Frelimo nos anos imediatamente a seguir à independência acabaram sendo capitalizados pela Renamo, que os transformou em “cavalo de batalha” na sua luta contra o Governo da Frelimo durante a guerra civil.

Até ao início dos anos 1980, o distrito de Moma era relativamente calmo. Os primeiros ataques armados, no contexto da guerra civil, tiveram lugar em meados dos anos 1980, levados a cabo por guerrilheiros da Renamo, na localidade de Namurrua, idos dos distritos limítrofes da Zambézia, nomeadamente Pebane e Gilé. À semelhança do que aconteceu em muitos distritos, na sequência dos ataques armados, a Renamo ocupou uma parte significativa do território do distrito até ao final da guerra civil em 1992, facto que jogou um papel importante na **estruturação** do campo político a nível local no pós-guerra. Com efeito, a evolução dos resultados eleitorais (oficiais) em Moma mostra um relativo equilíbrio entre as duas principais forças políticas, nomeadamente a Frelimo e a Renamo.

Gráfico A – Eleições Legislativas - Moma⁴



Fontes: CNE/STAE e Conselho Constitucional

Quanto à economia local, o distrito de Moma possui três sectores importantes, nomeadamente agricultura, pesca e minas. A agricultura é praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito em pequenas e médias explorações, produzindo essencialmente culturas alimentares tais como milho, arroz e feijão bóer. Embora em escala reduzida, o distrito de Moma, no passado, foi também produtor de castanha de caju e copra. Nos últimos anos, Moma vem-se destacando na produção de gergelim, ervilha, milho, mandioca e amendoim. Esta produção é essencialmente virada para a comercialização agrícola e tem mudado significativamente a dinâmica da vida dos camponeses do distrito. Comerciantes de Nampula, Pemba, Tanzânia e principalmente grupos denominados pela população local de Bangladesh (um grupo de comerciantes asiáticos residentes nas regiões do Norte de Moçambique e Tanzânia), deslocam-se a todas as áreas do distrito para comprar estes productos aos camponeses. Apesar de apresentar uma produção instável, uma vez que, o cultivo é praticado num regime de consociação de culturas, empregando essencialmente mão-de-obra familiar e dependendo de questões climáticas, a comercialização destas culturas constitui uma importante fonte de rendimento para os camponeses.

Praticada por pescadores artesanais, maioritariamente jovens, a pesca surge como alternativa à agricultura para muitos agregados familiares, particularmente os que habitam a zona do litoral do distrito. De acordo com as entrevistas, nos últimos anos, a quantidade e qualidade do pescado capturado tem vindo a baixar, facto que tem

⁴ O gráfico apresenta apenas os resultados dos dois principais partidos. Na ausência de resultados oficiais publicados desagregados por distrito para o ano de 2019, os dados do gráfico referem-se às eleições provinciais. Os restantes dados (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) referem-se aos resultados das eleições legislativas. Note-se que a votação nas eleições provinciais é muito próxima da votação nas eleições legislativas e presidenciais.

estado na origem do movimento migratório de pescadores para a zona costeira de Cabo Delgado e para o banco de Sofala. No caso da migração para a zona costeira de Cabo Delgado, o fenómeno tem sido explorado pelo grupo jihadista que actua no Norte de Moçambique, com a finalidade de engrossar as suas fileiras, a partir de uma vasta rede de recrutamento (Forquilha & Pereira, 2022).

O distrito de Moma possui uma das maiores reservas de areias pesadas do mundo. Em 1996, a empresa irlandesa Kenmare Resources plc adquiriu uma licença de exploração, mas a sua primeira produção viria a acontecer só em 2007. Desde essa altura, a Kenmare Resources plc tem vindo a aumentar a área de exploração e a produção. A instalação da empresa no distrito foi marcada por enormes conflitos decorrentes, essencialmente, do processo de reassentamento das populações que moravam nas áreas de exploração. Além disso, as expectativas frustradas de muitos jovens locais, resultantes da pouca absorção da mão-de-obra local por parte da Kenmare Resources plc, têm vindo a contribuir para a existência de um clima de tensão opondo a população local às autoridades governamentais e à empresa. Ao longo dos anos, algumas vezes, essas tensões têm-se traduzido em tumultos. Entretanto, antes mesmo da sua primeira produção, a Kenmare Resources plc criou, em 2004, uma associação sem fins lucrativos – K MAD (Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento) com a finalidade de implementar programas de desenvolvimento nas comunidades próximas da mina, num raio de 15 km. A K MAD possui três áreas de intervenção, nomeadamente: desenvolvimento económico e meios de subsistência (financiamento de pequenos projectos provenientes de iniciativas locais), desenvolvimento da saúde (reabilitação/construção de infraestruturas de saúde) e desenvolvimento da educação (concessão de bolsas de estudo para o nível de ensino secundário a jovens e adolescentes das zonas abrangidas pela exploração mineira).

Para além da empresa irlandesa Kenmare, existem também duas grandes empresas de mineração, na localidade de Chalaua: a MOZ Gems e Future Mining Mozambique (FMM), que exploram pedras preciosas e semipreciosas, nomeadamente turmalinas a cores e refugos de turmalina. Estas duas empresas estão situadas nas áreas de Mavuco e Piqueria e encontram-se a operar desde 2006 e 2017 respetivamente.⁵ Para além destas empresas que já exploram os minerais há mais tempo, surgiram recentemente outras empresas de mineração em Mavuco e Nameletena, nomeadamente a empresa Paraíba Moçambique.⁶

Não obstante a existência destas quatro empresas de mineração em Chalaua, o Governo local também concedeu licenças de exploração mineira a duas associações de

5 “Relatório Anual de Execução do Planos de Actividades de 2023 da Localidade de Chalaua, Distrito de Moma. Fevereiro, 2024.

6 Entrevista com um homem em Mavuco, 24 de Julho de 2024

garimpeiros locais. Uma delas é a Associação WIWANA ORERA de Marige, fundada em 2021 e composta por cerca de 117 membros, que faz a exploração de ouro numa área de 73,05 hectares. A outra é a Associação para Gestão e uso Comunitário dos Recursos Minerais Mavuco-Chalaua (AGRUMIC), que explora pedras preciosas e semipreciosas em Mavuco. Esta associação foi fundada em 2006 e é composta por 30 membros, que exploram uma área de aproximadamente 240 hectares.⁷ É de referir que as duas associações locais praticam o garimpo de forma artesanal, usando material rudimentar, tal como pás e picaretas, o que, de certa forma, dificulta a exploração mineira e coloca em perigo a vida dos garimpeiros.

A existência de recursos mineiros no distrito tem sido um elemento de atracção de garimpeiros, maioritariamente jovens, oriundos não só de Moma como também da Tanzânia e de outros distritos das províncias de Nampula e Zambézia. Há, pelo menos, dois locais de exploração de ouro com uma forte presença de garimpeiros: povoação de Nanvava e localidade-sede de Piqueira. Neste contexto, a falta de oportunidades de emprego transformou o garimpo numa alternativa importante de fonte de renda para muitos jovens locais. É importante referir que muitos dos garimpeiros locais desenvolvem, igualmente, a actividade agrícola.

7 “Relatório Anual de Execução do Planos de Actividades de 2023 da Localidade de Chalaua.

2. PERFIL DOS INQUIRIDOS

O questionário foi administrado a 648 cidadãos em Moma, distribuídos por um número idêntico de mulheres e homens (tabela 1), representando os jovens⁸ também 50% dos inquiridos.

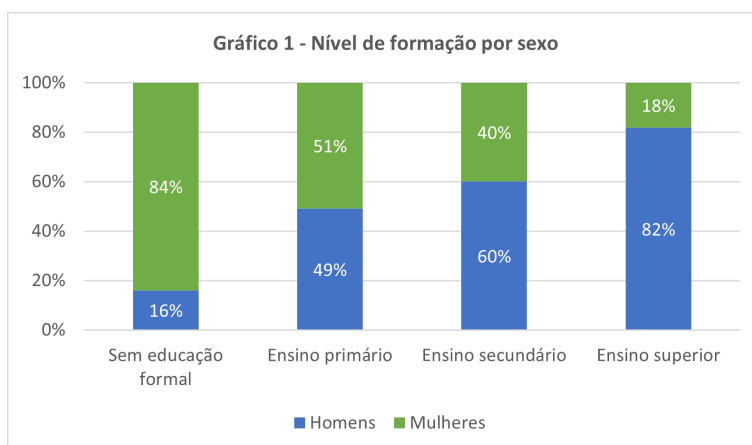
Tabela 1 - Informação sociodemográfica

		Nº	%
Sexo	Homens	324	50,0
	Mulheres	324	50,0
Idade	18 – 24	138	21,3
	25 – 34	253	39,0
	35 – 44	111	17,1
	45 – 54	73	11,3
	55 – 64	46	7,1
	65 +	27	4,2
Zona	Urbana	41	6,3
	Periurbana	81	12,5
	Rural	526	81,2
Religião	Católica	199	30,7
	Muçulmana	388	59,9
	Protestante	47	6,6
	Outra/nenhuma	14	2,8
Educação	Sem educação formal	56	8,6
	Ensino primário	391	60,3
	Ensino secundário	190	29,3
	Ensino superior	11	1,7
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	435	67,1
	Trabalhadores informais	93	14,4
	Trabalhadores assalariados	65	10,0
	Domésticas	25	3,9
	Estudantes	30	4,6

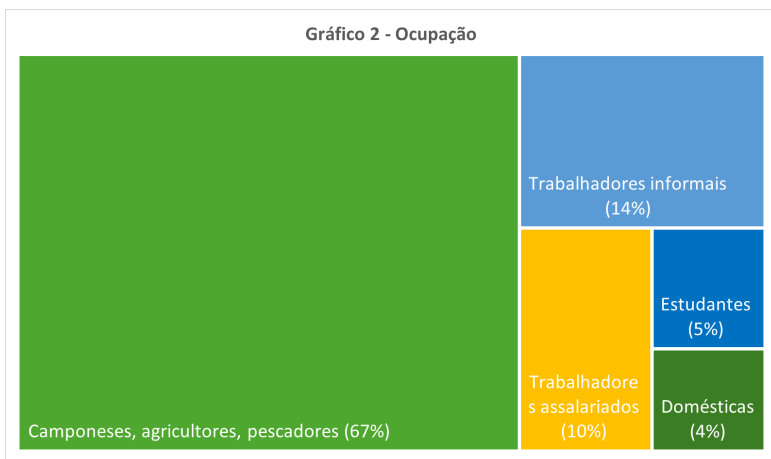
8 Neste relatório, são considerados jovens os inquiridos com idade entre 18 e 30 anos. Note-se que a tabela 1 mostra classes de idade habitualmente usadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

À semelhança da distribuição da população distrital, a distribuição dos inquiridos por zona de residência mostra que 19% vivem em bairros urbanos, ou periurbanos e 81% nas áreas rurais do distrito. A religião muçulmana é dominante (60%), ocupando a religião católica o segundo lugar (31%).

No que diz respeito ao nível de formação, um décimo dos inquiridos (9%) não têm nenhuma educação formal, um pouco mais de metade (60%) tem, ou frequentou, o nível primário, perto de um terço (29%) o nível secundário e uma pequena minoria (2%) o nível superior. Ao mesmo tempo, os dados mostram que existe uma nítida diferença no nível de escolaridade de mulheres e homens: as mulheres representam a maioria (84%) no grupo sem escolaridade, são metade (51%) no ensino primário, uma minoria (40%) no ensino secundário e são apenas 18% no nível superior (gráfico 1).

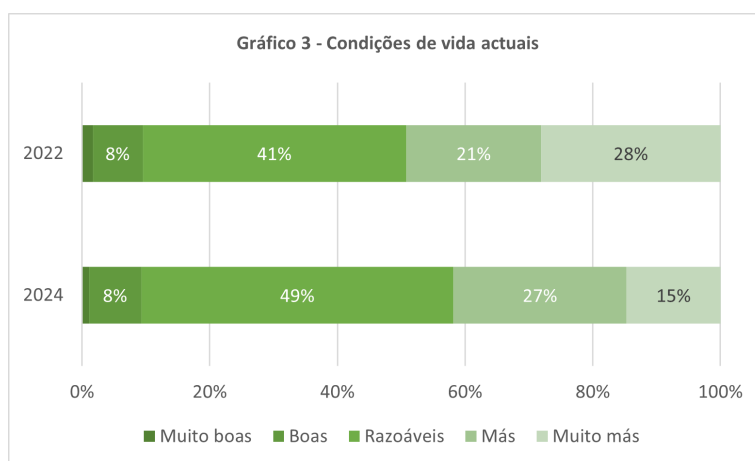


O gráfico 2 mostra que o principal grupo em termos de ocupação pertence ao sector informal da economia, ou seja, é constituído por camponeses, agricultores e pescadores (67%), aos quais se podem acrescentar os trabalhadores informais propriamente ditos (14%). O sector formal ocupa apenas 10% dos inquiridos, sendo de salientar que, destes, mais de metade são funcionários do Estado, ou trabalhadores de empresas públicas. Isto significa que, em termos de emprego, o sector privado (2%) é marginal no distrito.



3. INCLUSÃO

O nível de satisfação com as condições de vida actuais e uma perspectiva positiva para o futuro são indicadores do sentimento de inclusão. Neste campo, embora haja 58% dos inquiridos que consideram que as suas condições de vida são razoáveis, boas, ou muito boas, há 27% que as consideram más e mais 15% que as consideram muito más. No entanto, é interessante notar a evolução positiva em relação a 2022, quando havia menor satisfação, nomeadamente 28% dos inquiridos para quem as condições de vida eram consideradas muito más (gráfico 3).



A avaliação sobre as condições de vida actuais é basicamente a mesma, independentemente do sexo e da religião dos inquiridos. No entanto, existe uma diferença em termos da ocupação, pois a avaliação é muito negativa (condições más, ou muito más) para o grupo dos camponeses, agricultores e pescadores (49%), em contraste com a avaliação muito menos negativa dos trabalhadores assalariados (25%) e mesmo dos trabalhadores informais (24%) (tabela 2). Por outro lado, é de salientar que enquanto os menos educados são 48% a declarar condições de vida más, ou muito más (sendo os valores de 71% para os que não têm educação formal e 45% para o ensino primário), os mais educados são apenas 27% (sendo os valores de 28% para o ensino secundário e 18% para o superior).

Tabela 2 – Condições de vida actuais (ocupação)

Muito boas		Boas	Razoáveis	Más	Muito más	
Ocupação						
	Camponeses, agricultores, pescadores	1,1%	6,7%	43,0%	32,2%	17,0%
	Trabalhadores informais	1,1%	10,9%	64,1%	16,3%	7,6%
	Trabalhadores assalariados	0,0%	6,2%	69,2%	13,8%	10,8%
	Domésticas	0,0%	20,0%	32,0%	24,0%	24,0%
	Estudantes	3,3%	16,7%	56,7%	20,0%	3,3%
Total		1,1%	8,2%	48,9%	27,2%	14,7%

Estes dados demonstram que tal como em 2022, os inquiridos de Moma apresentam um nível de satisfação razoável em relação às condições de vida, tendo-se mesmo registado uma subida considerável do nível de satisfação de 2022 para 2024. Esta avaliação positiva pode estar ligada a diversos factores, tendo em conta a mudança da dinâmica local no distrito de Moma. Um destes factores, que tem impactado significativamente as condições de vida das pessoas, é a crescente introdução da comercialização agrícola, tal como indicam as entrevistas e discussões em grupos focais:

Aqui, têm aparecido pessoas de vários pontos do país e do mundo à procura dos produtos que comercializamos nas machambas, nomeadamente, o gergelim, a castanha de caju, amendoim, mandioca, milho e ervilha. São estas pessoas que compram os nossos productos em grande quantidade. O gergelim é produto que mais lucros nos dá, porque, dependendo da época, este pode custar até 85 meticais o quilo, aqui na zona de Mutana. Imagine se uma pessoa consegue produzir uma tonelada, até 100 mil metical pode fazer. Esta casa de bloco que estamos a construir é porque conseguimos vender meia tonelada de gergelim. É através desta renda de comercialização agrícola que conseguimos comparar motas, bicicletas, roupa, cadernos, lápis e caneta para as crianças (...). Eles [os compradores] vêm na época da campanha. Há pessoas que vendem em quilos e outros em sacos, até acabar o produto. Mas uma coisa não é boa. Como não temos como vender os nossos produtos nós mesmos, por da falta de transporte, somos obrigados a aceitar o preço proposto pelos próprios compradores. Se fosse nós, o preço seria mais alto.⁹

Um outro participante do mesmo grupo focal reclamou que a área de Mutana é desfavorecida no comércio destas culturas pois, os preços aplicados pelos compradores não são uniformes: “Aqui em Mutana, como é longe, o preço é baixo. Neste ano, em

⁹ Interveniente no grupo focal com homens e mulheres, Mutana, 18 de Julho de 2024.

Chalaua o quilo de gergelim, por exemplo, custava 120 meticais, em Nanavava 90 meticais, mas nós terminámos com cerca de 80 a 85 meticais o quilo. Por isso zangamos.”¹⁰

Esta comercialização de produtos tem feito emergir, em alguns casos, um pequeno grupo de agricultores de sucesso, tal como o caso de um participante do estudo, entrevistado em Jagoma-sede. Ele descreveu a importância da comercialização agrícola e o impacto que esta actividade tem na melhoria das suas condições de vida nos seguintes termos:

Vivo aqui em Jagoma desde 1992. (...) Nos últimos tempos, a minha vida mudou muito; tenho uma machamba muito grande onde cultivo diversos produtos. Produzo gergelim e mandioca, ervilha, feijão bóer, abóbora e outros produtos. Trabalho eu e minha mulher e às vezes pago pessoas para ajudar na machamba, apesar destas pessoas cobrarem muito caro. Minha machamba tem dois hectares e meio. Há anos que consigo semear em todo espaço e outros que não. Vendo os productos aqui mesmo quando chega o tempo de campanha de gergelim, milho (...). Veem os patrões comprar aqui. O que mais se compra é gergelim e mandioca seca para fazer caracata. Aqueles que compram é que indicam o preço. Mas se fosse nós, o preço seria mais alto. No ano passado, por exemplo, o preço do quilo de gergelim era 100 meticais, mas este ano o preço é mais baixo. Se fosse nós, podia ser mais. Este ano desceu para 90 meticais o quilo e até no fim da campanha pode ficar 80 meticais o quilo. Veem carros cavalos comprar. Eu só consigo vender uma tonelada, ou meia tonelada por ano. Se pudesse produzir mais, teria mais dinheiro. O amendoim custa 45 a 47 meticais. Por causa da agricultura consegui abrir negócio de venda de bicicletas. Tenho muitas lá dentro que não estão montadas. Vendo no mercado, em Mutana e Micane. O preço é diferente, varia de 5 mil a 5300 meticais cada, dependente de qualidade. As pessoas compram muito bicicleta aqui. Compro as bicicletas em Nampula. Também comprei duas motas para uso pessoal. Construí esta casa de blocos graças à venda dos produtos agrícolas. Até tenho motobomba na machamba. Tenho mais duas casas em Moma sede.¹¹

A insatisfação em relação à discrepância dos preços pode ser explicada pelo facto de o preço no mercado ser bastante volátil, apresentando grandes variações ao longo do ano e entre zonas. Essa volatilidade também se tem verificado dentro da mesma região, resultando em preços diferentes para o mesmo produto agrícola na mesma zona, ou comunidade. Normalmente, a variação dos preços é determinada por vários factores estruturais, entre os quais: a variação da produção agrícola, isto é, o nível de oferta da produção agrícola no mercado; baixos stocks ao longo da cadeia de valor, o que não contribui para a estabilização da oferta no mercado; altos custos de transporte e falta de vias de acesso, o que dificulta o escoamento dos produtos; existência de estruturas oligopsónicas, caracterizadas pela presença de agentes económicos sazonais e não residentes no local e comerciantes exportadores (Mosca & Abbas, 2013).

10 Homem, interveniente no grupo focal com homens e mulheres, Mutana, 18 de Julho de 2024.

11 Entrevista com um homem acima de 31 anos, Jagoma sede, Moma, 17 de Julho de 2024.

Os factores acima mencionados contribuem para uma estrutura dos mercados agrícolas em Moçambique desfavorável aos pequenos produtores. Normalmente, no período da colheita, quando existe uma maior oferta dos produtos no mercado, os preços são muito baixos e são definidos pelos compradores. Devido à incapacidade de armazenamento dos produtores locais, estes acabam não tendo outras alternativas senão aderir a tais preços. Este facto coloca os produtores numa situação de desequilíbrio de negociação de preços dos produtos agrícolas e afecta em grande medida o seu rendimento. Para além disso, essa fraca capacidade de negociação também é exacerbada pelo facto de muitos desses pequenos produtores dependerem totalmente da comercialização de parte da sua produção para suprir algumas necessidades das suas famílias. Em alguns contextos, a falta de informação sobre os preços do mercado por parte dos produtores, também joga um papel importante para o desequilíbrio na capacidade de negociação destes (Mosca, 2014; Mosca & Abbas, 2013; Nova, 2018).

A presença da mineradora Kenmare também teve um impacto positivo na vida de um pequeno grupo de pessoas de Moma e contribui para a melhoria das suas condições económicas. Por exemplo, em Pilivili, é possível observar que quase todos os residentes próximos à mineradora têm, ou estão a construir, casas de blocos, têm bicicletas ou motas, e algumas pessoas têm barracas. Um entrevistado descreveu o impacto da presença da mineradora na sua comunidade da seguinte forma:

Aqui na nossa comunidade, as pessoas têm casa de blocos, ou estão a construir, por causa da Kenmare. Muitas pessoas tinham machamba na zona baixa onde a Kenmare está a operar. Ganhámos indemnização da empresa. O valor da indemnização depende do tamanho da machamba: há quem teve 150, outros 200 e até mesmo 300 mil meticais. Outras coisas que está a ver aqui na nossa comunidade é porque a população fez confusão. Fechamos estrada da Kenmare e eles foram obrigados a construir esta escola grande. Eles também pediram para organizar um grupo de 10 pessoas para falar com eles e o Governo sobre os nossos problemas. São eles que nos representam. A empresa também empresta dinheiro às pessoas para fazer negócio e devolver sem juros. Por isso, aqui tem muitas barracas. As pessoas se inscrevem e concorrerem para ter o empréstimo, mas como somos muitos, muita gente não consegue. Só poucos é que conseguem.¹²

Entretanto, é necessário salientar que este nível de melhoria nas condições económicas apenas beneficia um pequeno grupo de pessoas, que estão bastante próximas da área onde a Kenmare está a operar. A restante população ao redor da empresa de mineração continua em extrema situação de vulnerabilidade e com falta de serviços básicos.

¹² Entrevista com um homem, Pilivili sede, 19 de Julho de 2024.

O terceiro aspecto que tem melhorado de certa forma a vida de algumas pessoas é a mineração artesanal, principalmente na zona de Chalaua. Muitas pessoas, principalmente jovens, conseguem aliar as suas actividades habituais ao garimpo. Um jovem de 27 anos, pedreiro de profissão e residente em Chalaua-sede, descreveu as suas actividades da seguinte forma:

Sou pedreiro. Construo casas de bloco. Mas também sou mineiro. Costumo ir fazer garimpo na zona de Piqueira. Costumamos cavar, mas tem de ser muito em baixo para encontrar ouro, entre 30 metros a 32 metros para baixo. Mas depende de sorte. É um trabalho desgastante e duro. Lá, posso ficar durante quatro meses. Quando encontro o ouro, vendo para os patrões que depois levam para Nampula. O grama de ouro varia entre quatro a cinco mil meticais. Costumamos ter patrões. Nós cavamos e entregamos ao patrão. Eles são moçambicanos. Quando tem sorte de encontrar muito ouro, pela minha parte, posso ter 30 mil, 40 mil meticais.¹³

Tal como na questão da agricultura, o valor da venda dos produtos da mineração também depende das zonas e dos compradores. Enquanto o entrevistado acima vende o ouro a um valor entre quatro e cinco mil meticais, outro entrevistado, que faz actividade de garimpo em Mavuco, traz-nos um cenário diferente:

Eu sou agricultor e vendo produtos da machamba para os “Blagandesh” e indianos. Mas também faço mineração na zona de Mavuco. Lá, temos muitos patrões vientes que vêm de Nampula, Tanzânia. Eles vêm atrás de ouro e até trazem material, pás e picaretas e máquinas deles, e fornecem à população para cavar. Ficam lá mesmo connosco, em casas precárias. O Governo facilita a nossa actividade, porque não precisa documento: é só encontrar espaço, cavar. Ele disse, para ajudar nossa vida e criar nossos filhos. Porque para tratar documento de trabalho de garimpo é muito caro, tem de ter dinheiro. Mas é um trabalho perigoso. Pessoas morrem lá por causa das condições. Tem de cavar cova grande e pode cair e morrer. (...). Não há disputa de espaço e ninguém vai te controlar, ou proibir. Você chega e encontra muitas pessoas a trabalhar. Ali é livre. O ouro vende para tanzaniano e para pessoas de Nampula. Mas, para além de ouro, há também mineração de turmalinas. Mas, o preço depende muito de combinado com patrão, aquele que ele alimenta. A venda também depende do tamanho e qualidade da pedra, pode ser dois, três ou quatro mil meticais. O preço de ouro está 400 meticais por grama. Mas ouro é ouro, é custoso apanhar. Não se apanha quilo, só gramas. Esse dinheiro usamos para construir, fazer negócio e pôr crianças a estudar. O valor que se paga também depende. Se você veio sozinho com teu material e tua comida, o preço é melhor. Mas se você tem patrão tanzaniano ou de Nampula que te dá comida e máquina de trabalhar, ele faz preço mais baixo.¹⁴

Apesar de a agricultura e a pesca constituírem as actividades principais para o sustento de muitas famílias de Moma, estas também encontram na mineração artesanal uma fonte alternativa de renda. A instabilidade na produção agrícola, sobretudo

13 Entrevista com um homem, Chalaua sede, 24 de Julho de 2024.

14 Entrevista com um homem, Chalaua sede, 24 de Julho de 2024.

devido às mudanças climáticas que impactam no curso normal das chuvas e na escassez do pescado, faz com que muitas famílias recorram cada vez mais à prática da mineração artesanal (INAM, 2022).

Segundo o Censo de Mineradores Artesanais de Moçambique, realizado em 2021, foram identificadas no país cerca de 2 276 comunidades mineiras. Neste número, a província de Nampula destaca-se com a maior percentagem de comunidades mineiras, cerca 23,5%. Este estudo também mostra que nessas comunidades, a mineração aparece como a segunda maior fonte de renda para as famílias, depois da agricultura, que constitui a principal fonte de renda. Em relação ao impacto sócio-económico, o senso mostra que existe uma percepção generalizada no seio dos entrevistados ao nível da província de Nampula de que a mineração artesanal contribuiu para a melhoria das suas condições de vida, principalmente em termos de habitação, aumento de meios circulantes e redução das taxas de desemprego, para o caso de pessoas que trabalham por conta de outrem (MIREME & INE, 2022).

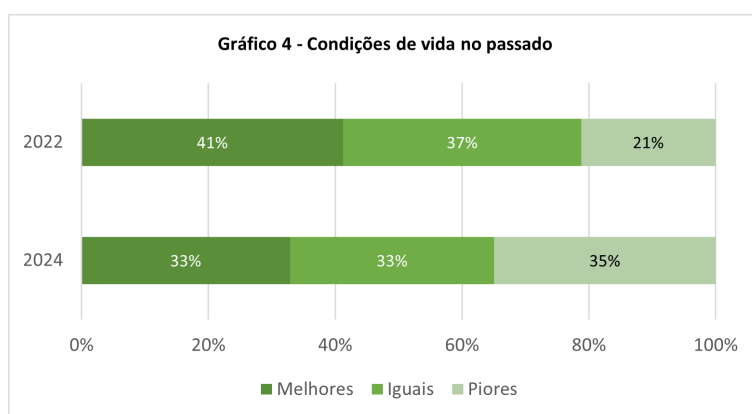
É de salientar que a satisfação em relação às condições de vida tem mais a ver com os esforços e a capacidade de resiliência dos residentes do que com acções concretas efectuadas pelo Governo local para melhorar as condições de vidas das populações. No que diz respeito ao facto da agricultura estar a ser impulsionada pela comercialização agrícola, as populações queixam-se que esta é praticada sem o apoio do Governo distrital, que não desenvolve acções para facilitar o escoamento de produtos através da criação de vias de acesso e estradas, e muito menos tenta regular os preços da comercialização para proteger os interesses e esforços dos camponeses. Quanto aos ganhos da mineração, estes também não são tão lineares, particularmente nas zonas de mineração onde o conflito entre as populações locais e o Governo parece evidente. Os participantes do estudo reclamam que apesar de terem descoberto áreas com jazigos consideráveis, têm sido constantemente retirados à força dessas mesmas áreas, para ceder lugar às empresas mineradoras que detêm licenças de exploração. Outro aspecto que provoca revolta aos residentes de Moma é o facto de o Governo conceder licenças de exploração a empresas maioritariamente de capital estrangeiro. Um jovem entrevistado em Mavuco chegou a questionar o seguinte:

Porquê o nosso Governo deixa estrangeiro vir explorar a riqueza moçambicana? Isto não faz sentido porque quando o estrangeiro explora a riqueza moçambicana e leva para a sua terra, e o povo continua pobre e perseguido com catanas. Se o Governo nos desse a assistência social, estaríamos calados. Mas não há isso. Construiu-se uma esquadra, sem nenhum padrão. Ali entra propinas (na polícia) para defender interesses da empresa, para quando haver uma invasão a polícia ir para lá atacar.¹⁵

15 Homem jovem entrevistado em Mavuco, 24 de Julho de 2024.

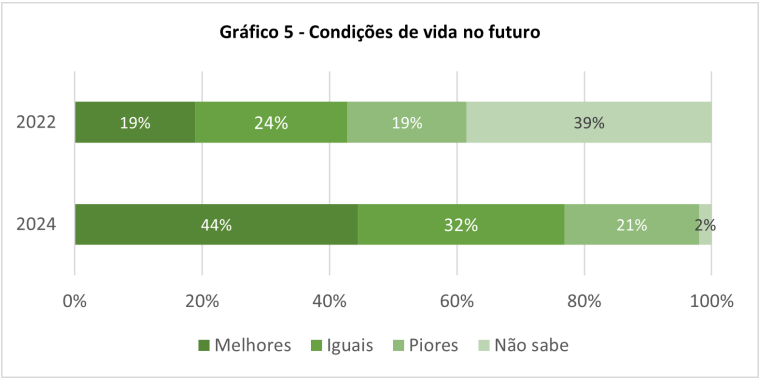
Este sentimento de ausência do Governo na melhoria das condições de vida dos residentes de Moma vai-se reflectir na análise de outros indicadores de coesão social que serão discutidos nas páginas subsequentes deste relatório.

Sobre as condições de vida no passado (gráfico 4), há perto de um terço dos inquiridos (33%) que consideram que eram melhores, um número equivalente (33%) que acham que eram iguais e 35% consideram que eram piores. Enquanto em 2022 havia 21% dos inquiridos que consideravam ter tido piores condições de vida no passado, esse número passa para 35% em 2024, o que reforça a tendência para uma evolução positiva já acima referida. É de salientar que essa evolução parece dizer respeito mais aos homens do que às mulheres: em 2024, 40% dos homens dizem que as suas condições eram piores, para apenas 29% das mulheres.



Em relação ao futuro, parece haver um maior optimismo, pois a percentagem dos inquiridos que responderam “não sabe” reduziu de 38% para apenas 2%.¹⁶ Assim, em 2024, há 44% dos inquiridos que esperam ter melhores condições de vida no futuro, um número muito superior ao registado em 2022 (19%) (gráfico 5). Verifica-se que os homens tendem a ter uma opinião muito mais positiva do que a das mulheres.

16 A redução das respostas “não sabe” deve-se, em grande medida, ao investimento feito na formação dos inquiridores, no sentido de evitar ao máximo esta opção de resposta. Em alguns casos, os inquiridos dão a resposta “não sei” como forma de evitar responder a perguntas que possam ser incómodas, quando têm dificuldades de formular opiniões, ou quando dispõem de pouco tempo para responder ao questionário.



As expectativas em relação ao futuro variam também em função da idade e da ocupação, conforme se pode ver nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Condições no futuro (idade)

		Melhores	Iguais	Piores	Não sabe
Idade	Jovens (18-30)	50,9%	29,3%	19,1%	0,6%
	Não jovens (31 +)	38,0%	35,5%	23,1%	3,4%
Total		44,4%	32,4%	21,1%	2,0%

O optimismo mais marcado não só é característica dos homens, mas é-o particularmente dos jovens: enquanto a expectativa de melhores dias no seio dos jovens é de 51%, ela baixa para 38% no caso dos não jovens; ao mesmo tempo, os jovens são 19% a considerar que as suas condições serão piores, para 23% por parte dos mais velhos.

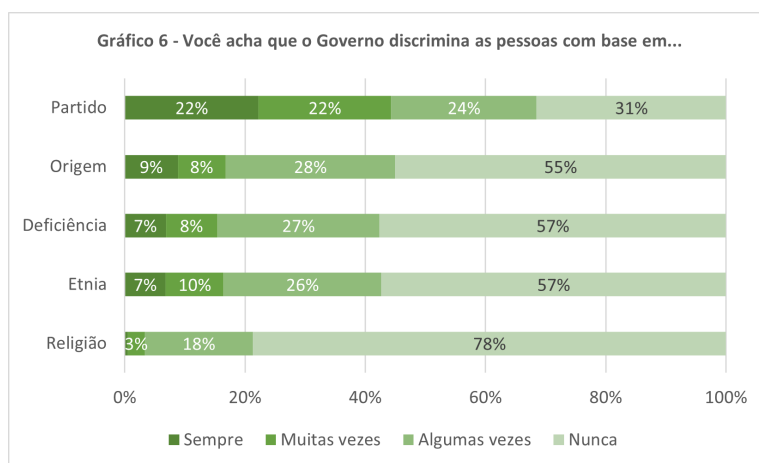
Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação)

		Melhores	Iguais	Piores	Não sabe
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	37,0%	37,9%	23,9%	1,1%
	Trabalhadores informais	57,6%	21,7%	17,4%	3,3%
	Trabalhadores assalariados	67,7%	13,8%	15,4%	3,1%
	Domésticas	32,0%	40,0%	16,0%	12,0%
	Estudantes	73,3%	16,7%	10,0%	0,0%
Total		44,4%	32,4%	21,1%	2,0%

Os estudantes e os trabalhadores assalariados, fazem claramente parte de uma cate-

goria social relativamente privilegiada e são os que apresentam um maior optimismo em relação ao futuro: 73% e 68%, respectivamente, pensam que as suas condições de vida no futuro serão melhores. Note-se, no entanto, que também os trabalhadores do sector informal apresentam um optimismo superior à média: 58%. As domésticas e os camponeses, agricultores e pescadores são os menos optimistas em relação a melhores condições no futuro: respectivamente, 32% e 37%.

Uma segunda dimensão do sentimento de inclusão é o sentimento sobre o eventual nível de discriminação praticado pelas autoridades em relação aos cidadãos. Os dados apresentados no gráfico 6 mostram que quase metade dos inquiridos (44%) consideram que o Governo discrimina (sempre, ou muitas vezes) as pessoas em termos de filiação partidária. Estes dados parecem exprimir uma grande frustração e insatisfação com o Governo, pois os valores correspondentes observados para os critérios de zona de origem, etnia, religião e deficiência são muito inferiores.



As entrevistas individuais e discussões em grupos focais também exploram a questão da exclusão dos indivíduos em função da simpatia partidária. Em quase todas as áreas, a população queixa-se de não ter as mesmas oportunidades no acesso ao emprego, tanto na função pública, como no sector privado, pois, segundo as suas declarações, são mais privilegiadas as pessoas do partido Frelimo. Um residente da comunidade de Mahaca, em Pilivili, afirmou durante a entrevista que

aqui temos esta grande empresa a Kenmare. Mas, quando querem pessoas lá, a informação aqui não chega. O secretário só escolhe as pessoas daí em Pilivili e que são do partido Frelimo. Nós, que somos da oposição, não nos contam (...).¹⁷

17 Entrevista com uma mulher, Mahaca-Pilivili, 21 de Julho de 2024.

Porém, notámos durante a pesquisa qualitativa que mesmo os que se consideram membros ou simpatizantes do partido no poder também se queixam de exclusão e esquecimento por parte das autoridades do Governo local. Um dos participantes do grupo focal em Mutana pronunciou-se nos seguintes termos:

Nós estamos a ver que noutras zonas há desenvolvimento, o Governo está a construir escola, como lá em Nambo, Jagoma, sem contribuição. E nós, porque não temos esse direito? Qual é a diferença connosco. Nós também votámos. Votámos na Frelimo, somos da Frelimo 100%, mas não nos olha.¹⁸

A citação acima mostra o sentimento generalizado existente em várias comunidades onde faltam os serviços públicos básicos. Na opinião de muitos entrevistados no distrito de Moma, as autoridades são selectivas na distribuição dos serviços ao nível das comunidades, pois existem áreas onde as condições de provisão dos serviços básicos são mais favoráveis em relação a outras. Como nos referimos acima, esse sentimento não está presente somente no seio dos membros e simpatizantes da oposição, mas também em comunidades consideradas pró-Frelimo.

Um facto curioso é que esse sentimento de exclusão é também partilhado por alguns líderes comunitários. Por exemplo, um régulo entrevistado mostrou o seu descontentamento em relação ao tratamento que recebe das autoridades e do partido no poder. Para além dos subsídios serem poucos, este sustentou que os mesmos levam muito tempo para serem desembolsados. Este líder comunitário tem a percepção de que os régulos de outras comunidades são mais bem tratados e têm benefícios do Governo:

Nós os régulos ainda não recebemos uniforme. O que temos está podre. Aqui na Zambézia, os régulos recebem. Cada um tem cerca de cinco a seis pares. A gente coloca isto ao administrador, mas não acontece nada. Somos quatro régulos. Recebemos subsídio de 700 meticais por mês, mas às vezes ficamos 13 meses sem receber nada (...). Nós não temos aquela chance de ir na pesca, porque tem de ficar a cuidar da população. Não pode ir para longe da sua zona; somos proibidos pelo chefe da localidade. Como vamos comer assim? O meu cunhado da área de Mogovolas, por exemplo, régulo como eu, tem mota, oferecida pela Frelimo. Nós régulos somos da Frelimo, quem nos dá subsídio é o Estado. Às vezes nós para casar é porque é um hábito, porque a mulher quer isto, quer aquilo. Nossos casamentos são tortos.¹⁹

É importante referir que este sentimento de frustração por parte dos membros da Frelimo ao nível da base pode ser explicado pela forma como são mantidas as relações intra-partidárias. Dentro do partido e do Governo (as populações locais pare-

¹⁸ Homem, interveniente no grupo focal com homens e mulheres, Mutana, 18 de Julho de 2024.

¹⁹ Entrevista com régulo local, Moma, 16 de Julho de 2024.

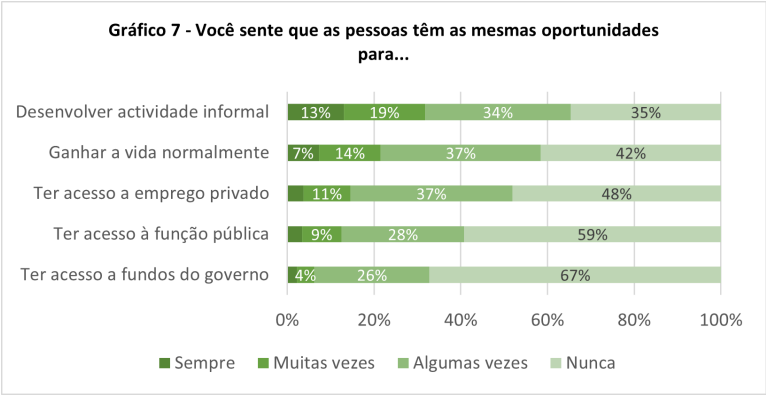
cem não fazer distinção entre a Frelimo e o Governo), a distribuição do poder e dos ganhos económicos parece obedecer a uma linha vertical, em que quem está no topo da pirâmide e mais próximo do poder central tem mais possibilidades de aceder aos recursos, em detrimento daqueles que se encontram na base da pirâmide. Ao nível da base, a distribuição de recursos também obedece à mesma estrutura, até ao ponto de um membro simples da Frelimo, sem nenhum acesso ao poder central, estar numa situação de vulnerabilidade e exclusão tanto quanto aqueles que não pertencem ao partido Frelimo.

Os acontecimentos recentes no contexto da crise pós-eleitoral no posto administrativo de Chalaua, nos dias 27 e 28 de Outubro de 2024, traduzem a frustração das comunidades não só em relação ao partido Frelimo e aos seus símbolos, mas também em relação à incapacidade do Governo de responder aos seus anseios face aos inúmeros desafios socio-económicos que o país enfrenta (fraca prestação de serviços públicos, aumento da taxa de desemprego, sobretudo no seio dos jovens, e elevado custo de vida). No dia 27 de Outubro, um grupo de manifestantes assaltou a sede do partido Frelimo, ateando fogo ao edifício e à bandeira da Frelimo. Também foi atacada a residência do primeiro secretário do comité de zona do partido Frelimo. Os manifestantes também incendiaram o posto policial e uma viatura da polícia. No dia 28 de Outubro de 2024, um grupo de manifestantes invadiu as instalações da empresa Moz Gems, onde, para além de terem queimado viaturas e todo o equipamento de mineração da empresa, arrombaram um cofre e roubaram cerca de 300 Kg de turmalinas, no valor de 300 milhões de dólares.²⁰ Portanto, a violência registada em Chalaua, mais do que um efeito da contestação dos resultados eleitorais, é uma resposta àquilo que Ted Gurr chamou de privação relativa. Para este autor a privação relativa é o diferencial entre as expectativas dos indivíduos e aquilo que eles realmente conseguem alcançar. Essa privação relativa é um potencial factor para a eclosão de violência colectiva, na medida em que os indivíduos procuram causar danos à fonte da privação relativa (GURR, 1970).

O sentimento de as pessoas não terem as mesmas oportunidades no campo socioeconómico é partilhado por uma parte significativa dos inquiridos. Assim, a percepção sobre a igualdade de oportunidades nas diferentes áreas (gráfico 7) mostra que só a possibilidade de desenvolver actividades no sector informal é considerada com um certo equilíbrio, havendo 32% dos inquiridos que consideram que existe sempre, ou

20 Ver: (Integrity, 2024). Cerca de 300 kg de turmalinas roubadas em Moma já foram contrabandeadas e transporte para Abu Dhabi, afirma investigador/ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/34348/>; Populares Invadem e Vandalizam Mineradora em Nampula. Eleições Gerais. 29 de Outubro de 2024, Disponível em: <https://opais.co.mz/Governo-acredita-que-ha-envolvimento-de-estrangeiros-na-invasao-as-minas/> <https://opais.co.mz/populares-invadem-e-vandalizam-mineradora-em-nampula/>; Ekweli (2024). (Ikweli, 2024); (Wamphula Fax, 2024). A população destrói posto policial da PRM em Chalaua. Sociedade. 29 de Outubro de 2024. Disponível em: <https://www.wamphulafax.co.mz/2024/10/29/populacao-destroi-posto-policial-da-prm-em-chalaua/>

muitas vezes, essa igualdade é 35% que consideram que nunca existe. Em todas as restantes áreas predomina uma visão negativa sobre a existência de igualdade de oportunidades, havendo 42% dos inquiridos que consideram que nunca existe essa igualdade no que se refere à possibilidade de ganhar a vida de forma normal e 48% de ter acesso a emprego no sector privado. Essa percentagem é de 59% em relação ao acesso a emprego no sector público e 67% em relação ao acesso a fundos do Governo.



Segundo os dados recolhidos durante a pesquisa qualitativa, o acesso ao emprego formal em Moma é caracterizado por clientelismo e muita corrupção. Segundo as palavras de um entrevistado na área de Pilivili,

sem dinheiro você não apanha emprego. Você pode estudar até aonde, mas se não ter dinheiro, 60 até 100 mil meticais, não vai conseguir emprego. E isso é geral, mesmo no Governo assim como no privado”.²¹ Um outro jovem participante de um dos grupos focais também reclamou que “os secretários é que escolhem as pessoas para trabalhar. Eles fazem a lista para as empresas, mas primeiro são os familiares deles.”²²

As notas dos inquiridores reforçam esta visão de corrupção e clientelismo no acesso às oportunidades de emprego. Na opinião de um dos inquiridos, para ter emprego é preciso pagar: “Por exemplo, eu concorri no aparelho de Estado para ser servente, mas não saiu meu nome porque não paguei. Só apuraram os que pagaram.”²³ Outro inquirido explicou que a dificuldade no acesso às oportunidades de emprego “é a mesma no sector público ou privado. Você precisa tirar alguma coisa. Eu, me cobraram 50 mil para entrar na Kenmare.”²⁴ Esta percepção é reforçada por um inquirido

21 Entrevista com um homem adulto, Pilivili-sede, 21 de Julho de 2024.
22 Homem interveniente no grupo focal com jovens estudantes, Micane, 19 de Julho de 2024.
23 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma, 16 de Julho de 2024.
24 Homem inquirido, posto administrativo de Moma, 16 de Julho de 2024.

contratado pelo projecto PASP²⁵, responsável pela limpeza das ruas e estradas de Moma. Para ele, se não for pedido suborno é necessário ter um familiar ou conhecido para ajudar: “sem dinheiro, não tem como entrar lá. Eu por exemplo, no PASP para entrar não paguei nada, porque tenho um conhecido que me meteu lá.”²⁶

O facto de o acesso aos fundos do Estado apresentar um nível de insatisfação considerável está também relacionado com o clientelismo e corrupção. Na percepção das comunidades, o clientelismo e a corrupção na atribuição dos fundos de apoio distritais está na origem dessa exclusão no acesso aos fundos. Uma vez que já não existe a distribuição do fundo dos 7 milhões no distrito, o enfoque dos nossos entrevistados está mais virado para os projectos de apoio à agricultura, actividade dominante da maior parte dos residentes em Moma, como é o caso do programa Sustenta. Concebido para apoiar Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), o programa selecciona entre os seus beneficiários apenas agricultores que produzam culturas viradas essencialmente para exportação, tais como milho, soja e feijão bóer, e que explorem terras de cerca de 0,5 a 1 hectare (MITADER, s/d). Os critérios de selecção para a atribuição de empréstimos com taxas bonificadas também são discriminatórios, olhando para questões como o nível de educação e experiência na agricultura comercial dos beneficiários (Capaina et al., 2024). Um interveniente do grupo focal realizado na área de Mutana, referiu-se ao programa Sustenta nos seguintes termos:

Nós só ouvimos que existe programa Sustenta. Estamos a ver tractores aí em Jagoma, mas nós não temos direito. Estamos a pedir para nos dar tractor, para reforçar a nossa agricultura. Há pessoas com quatro e até seis hectares, mas não conseguem trabalhar essa terra toda manualmente. Só você com sua mulher e com uma enxada, não é possível trabalhar. Terminam fazendo só um hectare, ou menos, mas com sofrimento. Nós precisamos de projecto Sustenta, precisamos de tractor. Quando nós requisitamos o tractor dizem que não é para longe, é para sede Jagoma [a área de Mutana não é abrangida pelo Programa, apenas Jogoma sede]. Mas, quando querem contribuição de algo, aqui não é longe. Mas nunca temos benefícios. Este Sustenta não chega para todos...²⁷

Outro entrevistado, agricultor e comerciante de Jagoma-sede, também reclamou da falta de abrangência do programa Sustenta, mesmo ele sendo membro activo do partido Frelimo:

25 O PASP, Programa de Acção Social Produtiva, é um programa do Governo de Moçambique financiado pelo Banco Mundial com o objectivo de criar uma forma de rendimento a pessoas vivendo em situação de pobreza mais com capacidade de trabalhar. Para mais detalhes ver: REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Programa de Acção Social Produtiva (PASP), Novembro 2011.

26 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma, 16 de Julho de 2024.

27 Homem interveniente do grupo focal. Mutana. 18 de Julho de 2024.

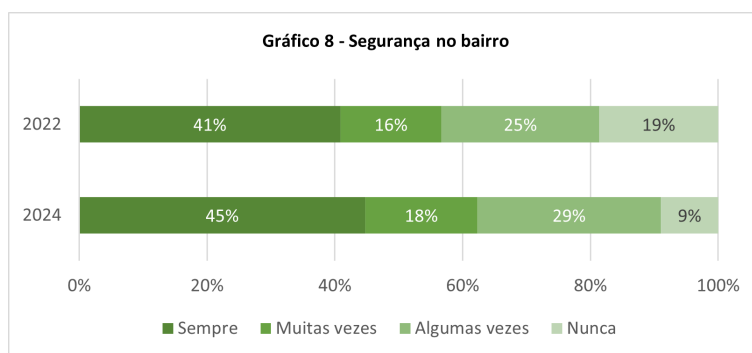
Eu tenho machamba de dois hectares. Aqui tem programa Sustenta. Lá na administração tem três tractores para ajudar no Projecto Sustenta. Mas quando eu fui para me inscrever, disseram que a lista estava cheia. Não consegui entrar no projecto. Assim, para capinar na minha machamba tem de alugar tractor que custa cerca de três mil meticais.²⁸

Uma questão que ressalta neste sentimento de exclusão em relação ao acesso aos fundos e programas de apoio distrital é também a dificuldade de comunicação entre as autoridades e as comunidades. Através destes relatos dos participantes do nosso estudo é possível perceber que as pessoas não têm informação suficiente sobre os critérios de selecção dos beneficiários dos projectos e as directrizes dos programas. A ausência de comunicação e a falta de informação está associada a baixos níveis de prestação de contas às comunidades por parte das estruturas governamentais, tanto daqueles que definem as políticas e programas, como daqueles que implementam as directrizes governamentais. Este factor, por si só, é suficiente para criar esse sentimento de exclusão e minar a confiança entre as comunidades e as estruturas do poder.

28 Entrevista, Homem, Jagoma-sede, 17 de Julho de 2024.

4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO

Cerca de dois terços dos inquiridos (62%) têm um sentimento de segurança elevado no seu local de residência. Ao mesmo tempo, apenas 9% nunca se sentem em segurança, como se pode ver no gráfico 8. Não existem sobre este assunto grandes diferenças em termos de sexo ou idade, apesar de haver uma ligeira tendência para os homens serem um pouco mais numerosos que as mulheres a declarar que se sentem sempre seguros.



Na pesquisa qualitativa o grupo que mais reclamava da questão de insegurança em algumas áreas de Moma eram precisamente as mulheres. Uma jovem de 21 anos, empregada de limpeza e residente na zona de Naminhoco, afirmou que lhe tinham roubado um telemóvel enquanto voltava do trabalho, a caminho da sua residência. Ela descreveu o episódio nos seguintes termos:

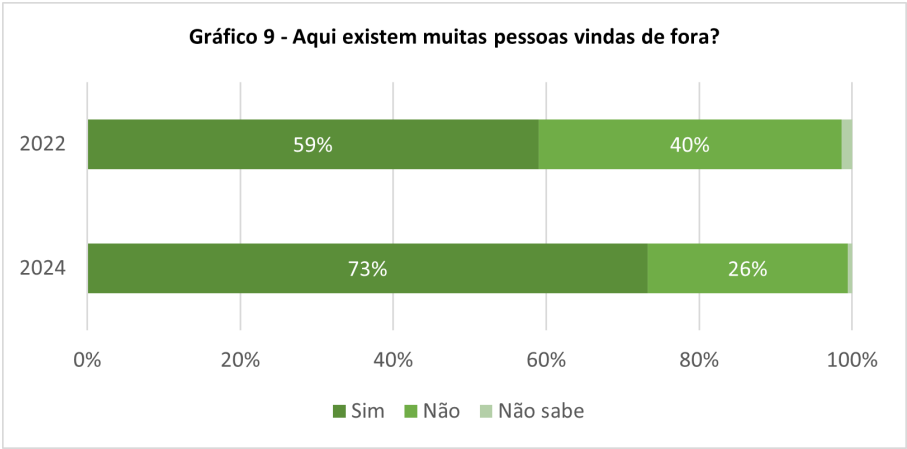
Roubo está a iniciar. Me roubaram telefone. Eu estava a caminhar. Alguém estava a me seguir, parou à minha frente, mas não mostrou a cara. É um jovem muito merecido. No princípio, ele me seguia a uma distância. Eram 18 horas, já tinha luz acesa nas ruas, mas me esperou chegar numa escuridão. Senti aproximação de alguém e arrancou telefone. Gritei, pedi socorro. Mas as pessoas só me repararam, porque não estamos habituados a este tipo de roubos.²⁹

Na zona de Epelipele também se reclama da falta de segurança na área, tal como afirmou uma das nossas entrevistadas:

²⁹ Entrevista com uma jovem, bairro Naminhoco, 19 de Julho de 2024.

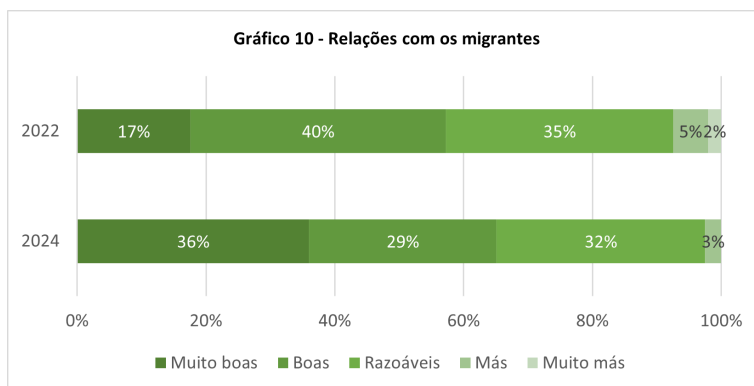
Não temos segurança aqui. Há pessoas que entram nas nossas machambas para violar sexualmente as mulheres e roubar produtos. Às vezes aparecem dos lados da Zambézia. Como nesta área quem mais trabalha nas machambas são as mulheres e os homens vão à pesca, nós ficamos expostas a esta vulnerabilidade. Estes bandidos, também tiram batata-doce, mandioca nas nossas machambas e depois vão vender.³⁰

No que diz respeito à existência de pessoas originárias de outras zonas, não existe praticamente diferença de apreciação em termos de idade, mas é de notar que ela difere um pouco entre homens e mulheres: os primeiros são 77% a declarar que existem muitos migrantes, contra apenas 70% das mulheres. Para além disso, é de registar a ocorrência de um crescimento notório da presença de migrantes em relação a 2022 (gráfico 9).



A principal razão apontada para a presença dos migrantes é de ordem económica (97% dos 475 que afirmaram haver muitos migrantes). Por outro lado, a convivência com os migrantes não parece ser difícil, pois apenas 3% dos inquiridos que consideraram haver muitos migrantes afirmaram que as relações com estes eram más (gráfico 10).

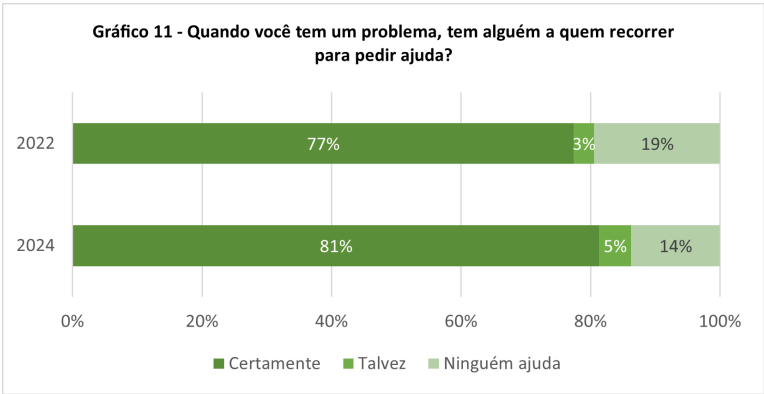
30 Entrevista com líder comunitário, 16 de Julho de 2024.



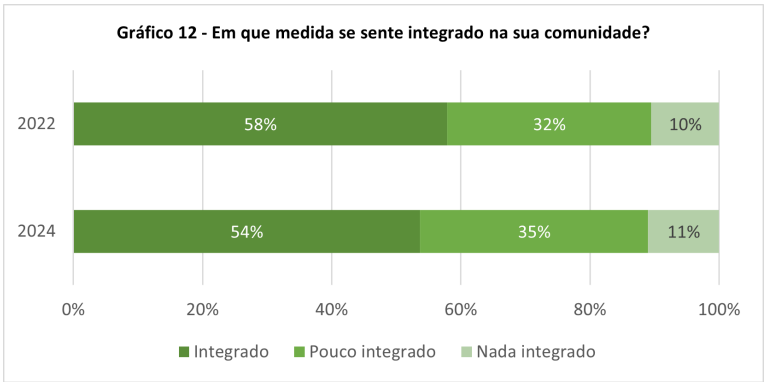
A existência de conflitos violentos na zona foi apontada por apenas 67 inquiridos (10%), sendo os problemas relacionados com terra, água ou gado a principal razão apontada para esses conflitos por 27 dos inquiridos que afirmaram que existiram conflitos violentos, aparecendo logo a seguir os problemas relacionados com o Al Shabaab, referidos por 18 inquiridos.

5. CONFIANÇA NOS OUTROS

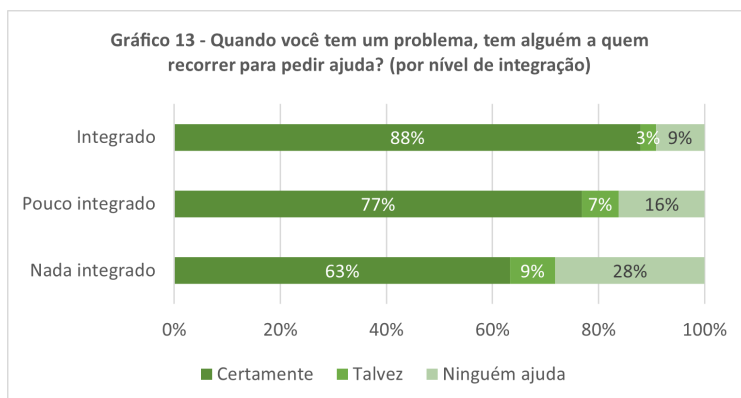
Embora a maioria dos inquiridos (81%) tenha a certeza de receber ajuda em caso de problema, é de realçar o facto de haver 14% que afirmam que ninguém ajuda (gráfico 11).



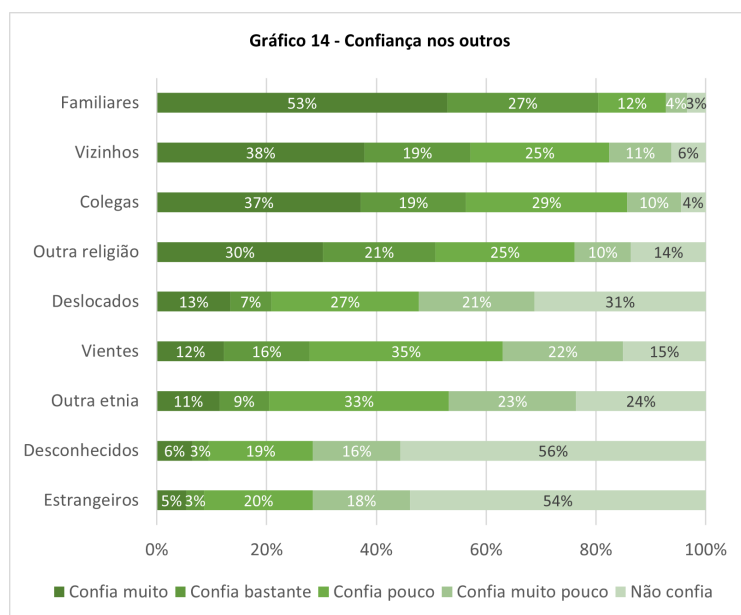
Ao mesmo tempo, existe um grupo significativo dos inquiridos que se consideram pouco (35%), ou nada (11%), integrados na comunidade em que vivem, com uma ligeira predominância para as mulheres: apenas 50% se dizem integradas, para 57% dos homens (gráfico 12).



Como se pode verificar no gráfico 13, é sobretudo entre os que se dizem nada integrados na comunidade, que domina a ideia de que ninguém ajuda, pois eles são 28% a dizer que **ninguém ajuda**, para apenas 9% no caso dos que se sentem integrados.



O nível de confiança nos outros é muito variável, podendo considerar-se a existência de quatro níveis de confiança distintos: em primeiro lugar a família (apesar de ser de referenciar que há 20% dos inquiridos que dizem confiar pouco, muito pouco ou nada, nos membros da sua família); em segundo lugar, os vizinhos, colegas³¹ e membros de outras religiões; em terceiro lugar, os deslocados, “vientes” e membros de outros grupos étnicos; e, por fim, os desconhecidos e os estrangeiros (gráfico 14).



31 A formulação da pergunta é “pessoas com quem trabalha ou estuda” e esta não foi aplicada ao grupo dos camponeses e agricultores.

Apesar de, tal como em 2022, um número considerável dos inquiridos (77% em 2022 e 81% em 2024) declarar um nível de confiança satisfatório em relação a ter a quem recorrer para buscar ajuda, notámos que essa ajuda é selectiva, ou seja, é mais eficaz em casos de infelicidades do que na partilha de bens, tal como descreve o secretário do bairro da área de Nacaca:

Aqui, as pessoas não ajudam em tudo. Nos casos de falecimentos, a ajuda é de todos. Cada família pode ajudar com um prato de farinha, outro de mandioca, outro pouco de amendoim, outros podem ir cozinhar e levar lenha e ainda contribuimos dinheiro para comprar pano (no caso de o morto ser muçulmano), ou caixão para cristão. No caso de doença ou gravidez, como o hospital fica longe daqui, em Savage, pode pedir o vizinho que tem mota para acompanhar. Noutras situações é cada um por si e Deus por todos. Não pode pedir nem mandioca no vizinho porque não aceita dar. Na machamba, se não tem dinheiro para pagar, só trabalha com sua família. Até na igreja, eu que sou da igreja católica, os padres, que antes nos ajudavam com roupa e comida, estão a pedir dinheiro em nós. Querem dízimo e contribuição para construir igreja.³²

Parece que esta selectividade no grau de entreaajuda no seio da comunidade começou a fazer sentir-se recentemente, com a crescente introdução da comercialização agrícola. De acordo com a afirmação de uma entrevistada da zona de Mirrupe,

as coisas mudaram, agora. Há muito tempo nós nos ajudávamos. Podia ir pedir farinha no vizinho, tirar coisa na machamba dele, mas agora é cada um por si, Deus por todos. Só há contribuição quando há falecimento.³³

Esta aparente mudança no grau de solidariedade demonstra como o conceito de solidariedade se pode alterar ao longo do tempo e das circunstâncias. Partindo de uma concepção religiosa, que remete à obrigação moral ligada a princípios de amizade e irmandade, a solidariedade tem-se modificado à medida que as dinâmicas sociais e culturais se vão alterando.³⁴ Estando estas comunidades numa situação de vulnerabilidade, exclusão de oportunidades e de ausência do papel do Estado na criação de condições básicas, as mesmas são obrigadas a encontrar soluções para a sua sobrevivência, baseadas essencialmente na sua capacidade física de produção nas machambas, na prática do garimpo artesanal, da actividade de pesca, etc. Por estas razões, dificilmente elas partilham os seus ganhos económicos, não apenas porque esses ganhos são escassos e nunca suficientes para elas mesmas e seus agregados familiares, mas também porque quem não consegue produzir como os outros é visto como preguiçoso, ou irresponsável, como nos indica a opinião duma participante do grupo focal de Mutana:

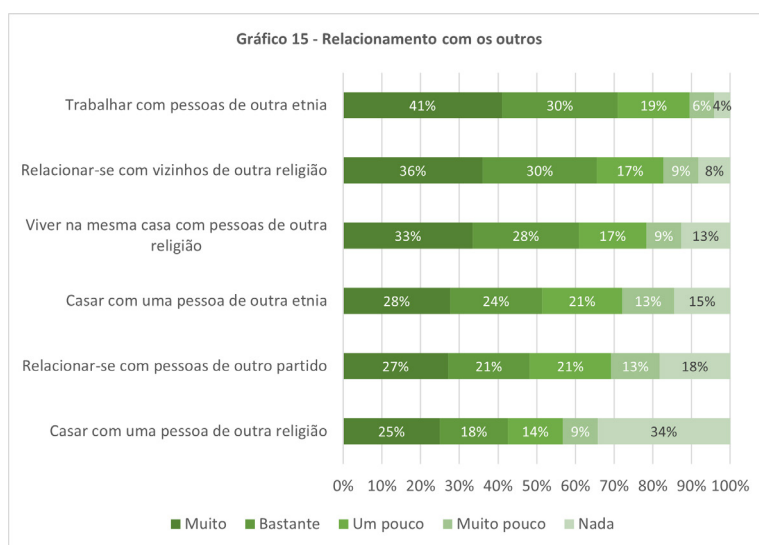
32 Entrevista com secretário de bairro, Nacaca, 18 de Julho de 2024.

33 Entrevista, mulher, Moma sede, 21 de Julho de 2024.

34 Para melhor percepção sobre a evolução do conceito de solidariedade, ver: Laitinen & Pessi (2014).

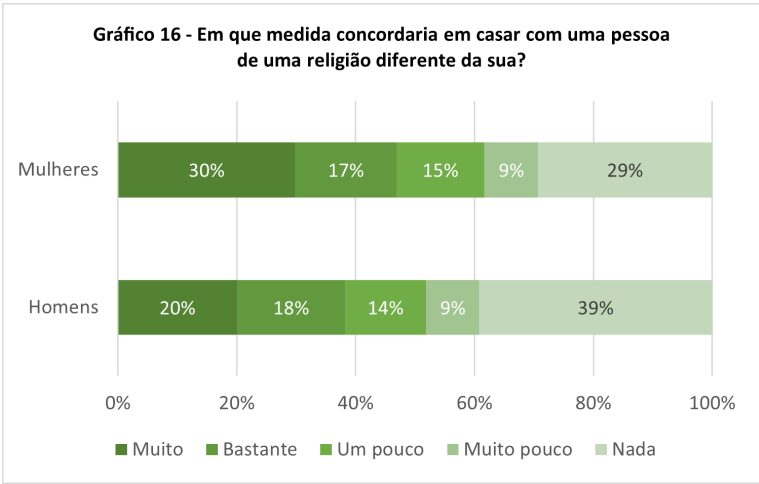
Aqui todo mundo capina. Pode ser um hectare ou menos, dependendo de força de família. Depois, quando chega campanha de vender produto, cada família vai usar o dinheiro para comprar roupa, comprar peixe, cadernos para criança. Outro guarda para ir no hospital, se tiver situação de doença. Mas, existem situações em que a pessoa gasta tudo, bebe, compra coisas caras e vai procurar outras mulheres, ou arranja segundas mulheres, para aumentar despesa na família. E, quando acaba dinheiro, começa a pedir outros. Assim, ninguém vai ajudar. Estamos a sofrer todos na capinagem.³⁵

Os níveis de desconfiança em relação aos dois últimos grupos é muito elevado e indica a predominância de comunidades rurais relativamente fechadas. Ao mesmo tempo, os valores observados a propósito da religião dão a entender que esta, por si só, não constitui um factor muito relevante de divisão ou tensão social.

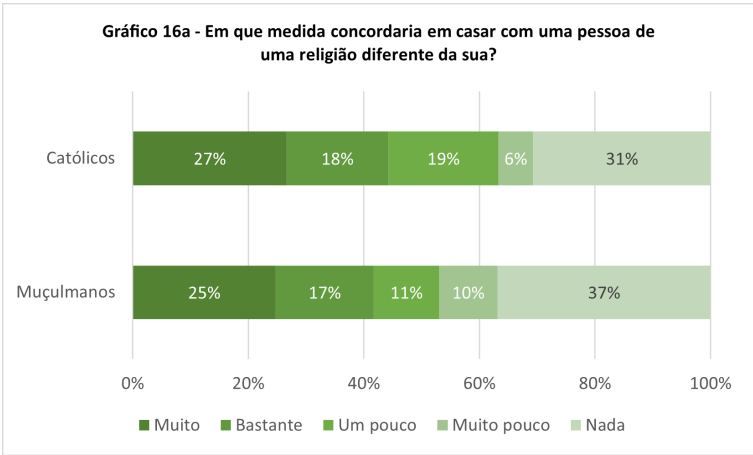


O gráfico 15 mostra que a convivência com pessoas de outra religião não parece ser um problema: apenas 8% dos inquiridos afirmam que não se sentem nada confortáveis com isso e 13% dos inquiridos afirmam que não se sentiriam nada confortáveis em viver na mesma casa com pessoas de outra religião. Porém, quando se trata da hipótese de casar com uma pessoa de religião diferente, a percentagem de inquiridos que declaram não concordar nada com isso sobe para 34% e, como se pode ver no gráfico 16, são os homens que manifestam uma atitude mais conservadora: 39% não concordam nada, contra apenas 29% das mulheres.

35 Mulher, participante de grupo focal, Mutana, 18 de Julho de 2024.



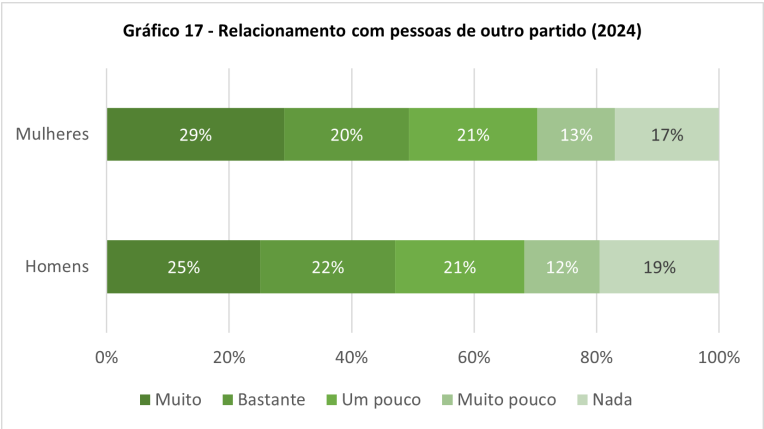
Olhando para a mesma questão sob o prisma da pertença religiosa, constata-se que existe uma maior tendência no seio dos muçulmanos para reprovar a ideia de um casamento inter-religioso (gráfico 16a).



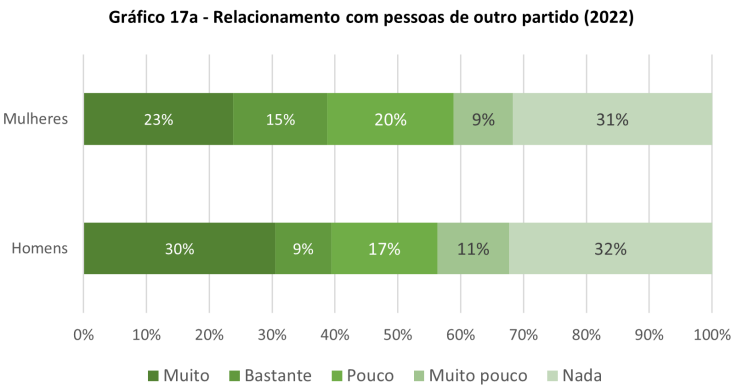
A pertença étnica também não parece constituir um grande problema para os inquiridos, pois a perspectiva de trabalhar com pessoas de outra etnia suscita apenas a discordância total por parte de 4% e a ideia de casar com uma pessoa de outra etnia suscita a rejeição de 15% dos inquiridos, que não concordam nada com isso (gráfico 15).

O relacionamento com pessoas simpatizantes de outro partido parece ser um pro-

blema para os inquiridos, transmitindo a ideia da existência de um alto nível de intolerância política: 18% dos inquiridos não concordam nada em relacionarem-se com pessoas de outro partido e 13% concordam muito pouco, não havendo diferença significativa entre homens e mulheres no que respeita a este assunto (gráfico 17).



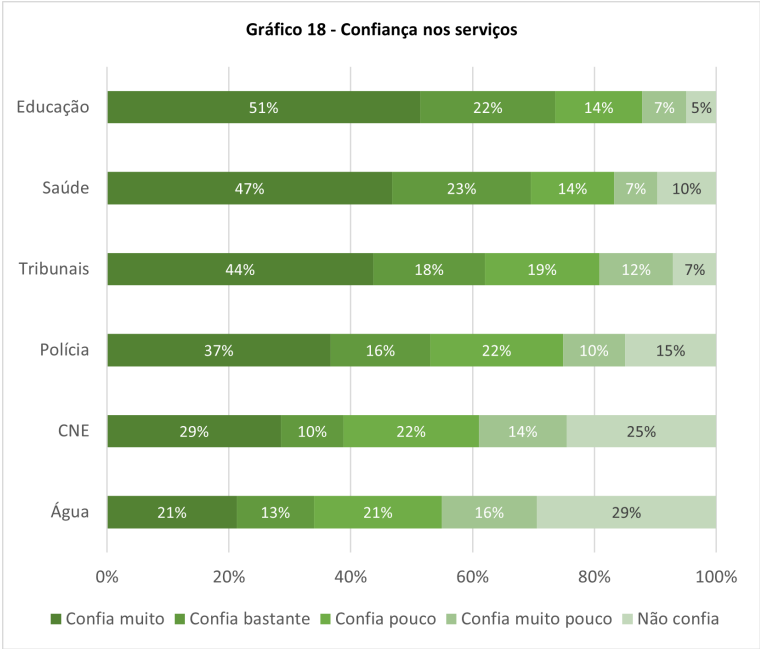
Regista-se, porém, uma diminuição muito notória desse sentimento em relação ao observado em 2022 (gráfico 17a).



6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Nesta secção, dedicada à confiança nas instituições, os resultados do inquérito são apresentados em três grupos: confiança em relação a serviços públicos, a instituições políticas locais e a instituições políticas de nível provincial e nacional³⁶.

Em Moma, a maior confiança (gráfico 18) regista-se em relação aos serviços de educação (51% dos inquiridos confiam muito), seguidos dos serviços de saúde (47%) e dos tribunais (44%). Os serviços que suscitam menos confiança são os serviços de água (29% dos inquiridos não confiam), a Comissão Nacional de Eleições (25%) e a polícia (15%).



Apesar dos serviços de educação registarem um maior nível de confiança em relação a outros sectores, verifica-se uma redução de 2022 para 2024. As entrevistas, discussões em grupos focais e notas dos inquiridores indicam que, apesar de haver pelo menos uma escola primária em cada comunidade, e um certo apoio de organizações internacionais, tal como o projecto Eu Sou Capaz, que distribui uniforme escolar às raparigas da 5ª, 6ª e 7ª classes e bicicletas para as que frequentam a 8ª classe, em quase todas as escolas do distrito de Moma, reduzindo de certa forma as despesas dos pais na compra de uniformes, ainda existem muitos problemas nos serviços prestados

36 Os valores apresentados foram calculados excluindo as respostas “não conhece” e “não sabe”.

neste sector.³⁷

Um desses problemas é a corrupção praticada pelos professores. Nas discussões de grupo focal com jovens da área de Micane, todos os oito participantes estudantes, ou ex-estudantes, da escola secundária Maria da Luz Guebuza, foram unânimes em afirmar que

aqui na escola tem muita corrupção. Os professores pedem dinheiro. Para passar de classe tem de pagar dois, três, cinco mil meticais. Todos nós pagamos para passar. Nossos pais fazem sacrifício para pagar, porque eles são camponeses. Mas não tem como, senão não passa.³⁸

Por outro lado, nas zonas mais recônditas, as populações queixam-se da ausência recorrente de professores, que apenas vêm ensinar nas escolas alguns dias por semana.

Outro problema de que as comunidades também se queixam em relação ao sector da educação é o número de alunos dentro da sala de aulas e a qualidade das construções, como indicam as notas dos inquiridores: “Aqui existem turmas mistas de mais 80 alunos, de classes diferentes. Isso nos preocupa muito”³⁹; “A escola não tem água; temos um único professor para todas as classes (...)”⁴⁰

Mas, as reclamações sobre o sector da educação são partilhadas também pelos professores. O director de uma escola primária em Jagoma, por exemplo, explicou durante a entrevista como o grande número de alunos nas salas de aulas afecta a qualidade do trabalho dos professores:

Nesta escola, leccionamos da 1ª à 7ª classe e temos cerca de 1400 estudantes para apenas seis professores. Cada turma tem aproximadamente 100 a 150 alunos. Para fazer face a esta situação, os professores são obrigados a leccionar em dois turnos. Até eu como director tenho dificuldades para cuidar dos assuntos administrativos, porque me desdubro para também ensinar. Isso afecta a qualidade do ensino. Para piorar, depois que o TSU foi implementado há cerca de dois anos, os professores não estão a receber horas extras. Eles têm ameaçado parar de trabalhar e eu tenho de estar constantemente a sensibilizá-los. Está muito difícil trabalhar nestas condições.⁴¹

Em relação aos sectores que registam baixos níveis de confiança, os participantes do

37 O Programa Eu sou Capaz, é implementado pela Secretaria de Estado da Juventude e Emprego em parceria e com financiamento do Banco Mundial. Este programa, que iniciou em 2021, visa contribuir para o empoderamento da rapariga, retendo-a na escola de forma a evitar uniões prematuras e desistência da escola por falta de condições financeiras.

38 Intervenientes no grupo focal com jovens, Micane, 19 de Julho de 2024.

39 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 16 de Julho de 2024.

40 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

41 Entrevista com K.D., director de uma escola primária em Jagoma-Sede, 17 de Julho de 2024.

estudo, queixam-se bastante dos serviços de abastecimento de água. A sua distribuição parece ser deficiente em quase todas as áreas de Moma. Os residentes reclamam da falta de acesso à água potável e, mesmo nas áreas onde há furos de água e fontanários, estes são insuficientes e o fornecimento de água é muito deficiente. Um inquirido comentou que

aqui tem falta de água e, como consequência, não bebemos água saudável.”⁴² Um outro reclamou do nível de demanda de acesso água, mesmo no local onde há fontanária de água: “um furo de água para uma localidade com mais de 4000 habitantes!”⁴³

Outros dizem ser obrigados a recorrer aos rios para poder ter água: “nós consumimos água do rio Ligonha.”⁴⁴

Outro aspecto preocupante, quando comparado aos resultados de 2022, é a descida drástica do nível confiança da população de Moma em relação aos serviços da CNE. Enquanto, em 2022, havia 42% dos inquiridos que confiavam muito na CNE, esse valor desceu, em 2024, para 29%; ao mesmo tempo, em 2022, havia 17% que não confiavam na CNE e esse valor subiu para 25%, em 2024. Na opinião de um entrevistado, “a CNE não trabalha bem. Só quer favorecer a Frelimo. O nosso voto aqui não conta; eles fazem fraude para continuar a comer sozinhos.”⁴⁵

As manifestações pós-eleições em 2023 e a crise política decorrente da contestação do resultado das eleições de Outubro de 2024 são uma clara demonstração do nível e extensão da desconfiança de uma grande parte dos cidadãos em relação ao trabalho da CNE.

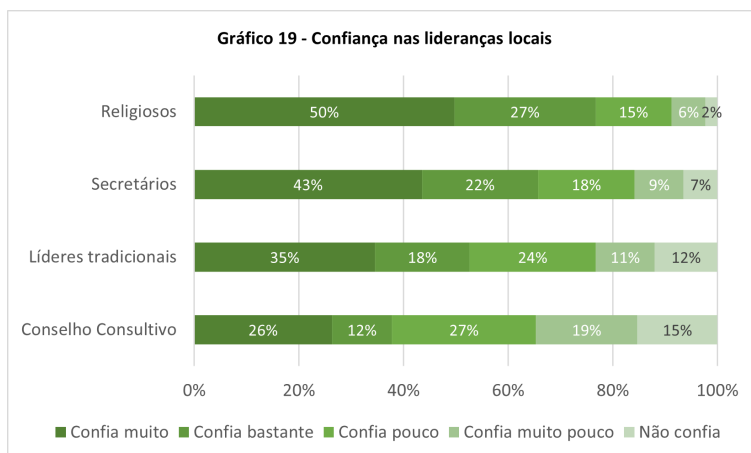
No que diz respeito às lideranças locais (gráfico 19), é de destacar que os líderes religiosos e os secretários de bairro ou localidade são os que beneficiam de maior confiança: respectivamente, 50% e 43% dos inquiridos disseram confiar muito neles. Os líderes tradicionais ocupam uma posição intermédia, com 35% de inquiridos que confiam muito neles. Finalmente, o Conselho Consultivo Distrital regista um valor mais baixo, havendo apenas 26% dos inquiridos que dizem confiar muito.

42 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 16 de Julho de 2024.

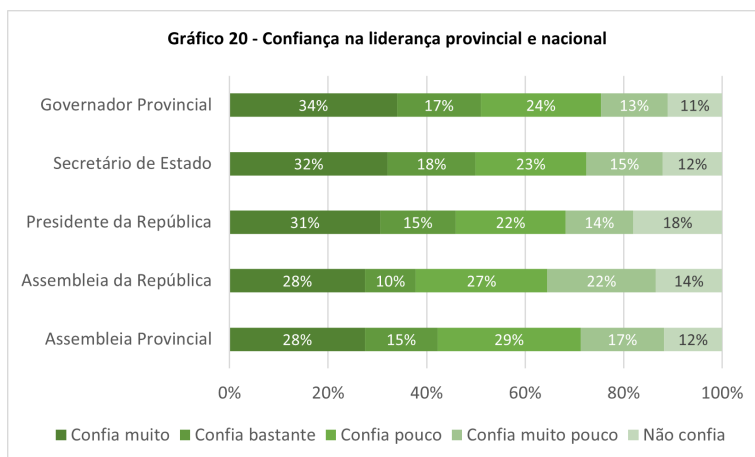
43 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

44 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 17 de Julho de 2024.

45 Mulher entrevistada em Jogama-sede, 17 de Julho de 2024.



Em termos de confiança na liderança a nível provincial e nacional (gráfico 20), o Governador Provincial é quem inspira maior confiança (34% confiam muito), seguido do Secretário de Estado (32%); seguem-se o Presidente da República (31%), a Assembleia da República (28%) e a Assembleia Provincial (28%). É de salientar que, em geral, o nível de confiança baixou bastante desde 2022 e, sobretudo, que o Presidente da República é a figura que suscita a maior desconfiança (18% dos inquiridos não confiam nele).



O Governador Provincial suscita mais confiança que as outras estruturas, porque em alguns locais esta figura terá visitado as comunidades locais. Em contrapartida, a figura do Presidente da República apresenta menores níveis de confiança, como mostram algumas notas dos inquiridores:

Se o dito Presidente existe, ele não faz nada de bom”⁴⁶; “Não vejo nada durante 10 anos de governação dele”⁴⁷; “Nesse papá aí a confiança é muito pouco mesmo, porque por exemplo, no sector da educação falar do TSU (...), então nos enganaram, este destruiu muito;”⁴⁸ “Presidente Nyusi já me deu doença no meu coração, porque negou ao vivo tratar a nossa estrada e não sabemos porque o distrito de Moma fez para ele. Isso para o distrito de Moma é uma ferida;”⁴⁹ “Como é meu Presidente confio pouco, mas trabalho dele não estou a ver. Aquele senhor só veio piorar tudo”⁵⁰.

Este nível de desconfiança reflecte o nível de frustração das populações em relação à forma como o país foi governado nos últimos 10 anos. Para os participantes do estudo, mais do que ajudar no desenvolvimento do país e melhorar as condições de vida da população, o Presidente da República agravou a situação de vulnerabilidade na qual as populações estão mergulhadas.

46 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma-Sede, 15 de Julho de 2024.

47 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

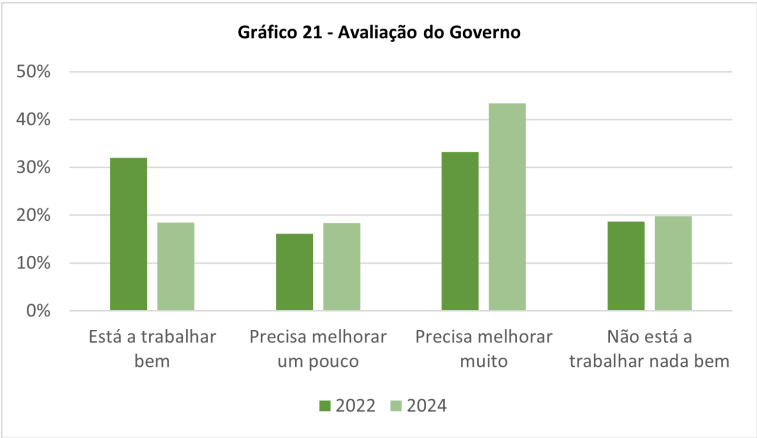
48 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

49 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 16 de Julho de 2024.

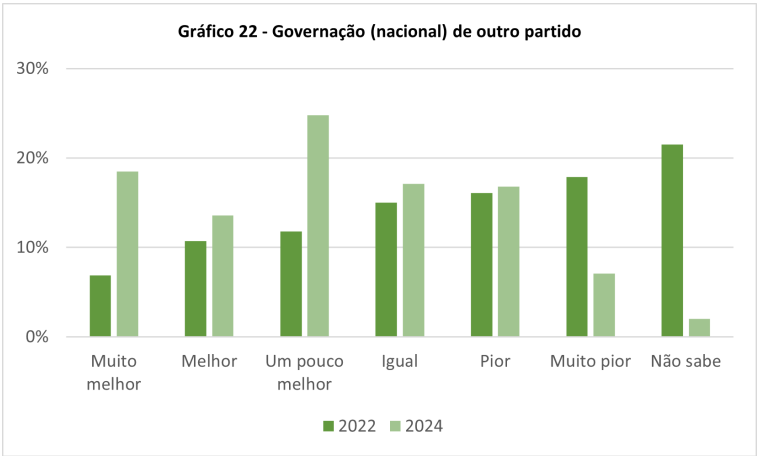
50 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma-Sede, 20 de Julho de 2024.

7. REPRESENTAÇÃO

Em Moma, a avaliação que os inquiridos fazem da acção do Governo mostra que existe um grau muito elevado de insatisfação, que vem aumentando desde 2022, pois quase metade dos inquiridos pensam que o Governo precisa de melhorar muito (43%) e 20% pensam que não está a trabalhar nada bem (gráfico 21). Não existe diferença significativa nesta apreciação em termos de sexo, ou de idade.



A confirmar o grau de insatisfação acima referido está o facto de haver 57% dos inquiridos que consideram que a governação de outro partido seria muito melhor, melhor, ou um pouco melhor, 17% que pensam que seria igual e 24% que seria pior, ou muito pior (gráfico 22). Note-se que, entre 2022 e 2024, a percentagem de não respostas baixou de 21% para 2%.



O facto de grande número de inquiridos se mostrarem insatisfeitos com a governação ao ponto de acreditar que a governação de outro partido seria melhor, também explica a onda de manifestações e protestos pós-eleitorais. Na pesquisa qualitativa, ficou patente o sentimento de ausência do Governo na vida das populações residentes no distrito de Moma. Não só porque na percepção dos participantes no estudo as estruturas governamentais a nível nacional dificilmente descem para a base para auscultar e resolver os problemas que os apoquentam, mas também porque, quando o fazem, os cidadãos não sentem que haja alguma mudança. Por outro lado, as populações sentem que a política do Governo não tem nenhum efeito positivo na sua vida. Um exemplo onde a ausência do Governo é bastante evidenciada nas entrevistas e discussões de grupos focais é a área da agricultura. Como mencionado anteriormente, se por um lado a população consegue vender os seus produtos agrícolas e ter algum rendimento, por outro lado, sente a ausência do Governo na regulamentação dos preços e na melhoria das condições de produção, tal como indica o trecho a seguir:

Mesmos esses produtos que a gente vende aqui, é por sorte e ajuda de Deus, porque o Governo mesmo não nos ajuda em nada. Por exemplo, se o Governo criasse estradas, podia melhorar as estradas para chegar nas nossas zonas. Aí mesmo podíamos ter como transportar os nossos produtos e vender a um preço mais justo. O Governo podia também regular o preço dos nossos produtos. Estamos a ser roubados. Nós somos obrigados a vender gergelim a 90 a 120 mil. Mas aqui no mercado de Chalaua, eles vendem o quilo a 200 meticais. É justo isso? O Governo podia regular o preço para nos ajudar, mas não se preocupa connosco.⁵¹

As notas dos inquiridores também reflectem o sentimento da ausência do Governo,

sabe, o Governo está nos tratar mal. Desde que esse Governo entrou, não vimos nada aqui na comunidade;⁵² "a Frelimo está sempre aqui a nos enganar. Reuniões não acabam aí. Fazemos pedidos, mas depois não cumprem;"⁵³ "o Governo cria barreiras, porque você mesmo fazendo seu carvão, aí querem licença, pagar impostos. Mesmo ganhando pouco, eles não querem saber;"⁵⁴ "Nós aqui não temos nenhuma ajuda do Governo, não temos nada do Governo. Mesmo a escola, o Governo só mandou professores. A comunidade é que construiu as salas⁵⁵ ,

Outro factor que suscita uma avaliação negativa do trabalho do Governo está relacionado com a exploração dos recursos naturais existentes na região. Apesar de algumas famílias terem beneficiado com a implantação de alguns projectos locais no

51 Entrevista, homem, Chalaua sede, 24 de Julho de 2024.

52 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

53 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 18 de Julho de 2024.

54 Homem inquirido, posto administrativo de Moma-Sede, 20 de Julho de 2024.

55 Mulher inquirida, posto administrativo de Moma-Sede, 21 de Julho de 2024.

contexto das indemnizações pela perda das suas terras e benfeitorias para dar lugar à implantação dos projectos mineiros, existe uma percepção de que os projectos de exploração mineira não beneficiam as comunidades, pelo menos olhando para o nível de receitas produzidas pelas empresas. Um jovem entrevistado na comunidade de Mavuco, no posto administrativo de Chalaua, onde existem muitas empresas a explorar recursos minerais, como a empresa Moz Gems e a Paraíba Moçambique referenciadas anteriormente, sustentou que aquelas empresas não beneficiam a população local, pois não contribuem para a melhoria dos serviços públicos como educação e saúde:

Aquele hospital foi construído pela Igreja Luterana. A escola, quem construiu foi a comunidade de Mavuco, na base daquelas contribuições da comunidade (...). Outra escola, recém-construída, foi construída pela Moz Gems, mas uma escola sem nenhum padrão de construção, uma coisa só para enganar o povo. Para quem tem visão e sabe o que aquela empresa ganha aqui, não faz sentido, não tem lógica.⁵⁶

Outro entrevistado também comentou sobre as várias empresas mineradoras existentes em Mavuco e o facto de estas não contribuírem para o desenvolvimento local:

A empresa Paraíba Moçambique construiu aquela escola ali. Aquele edifício ali, simplesmente, são salas de aulas da escola primária de Mavuco. Mas aqui tem uma empresa que está a explorar pedras que não é de brincadeira, em quantidade, um lote de um dia, pode fazer um milhão de dólares, e este dinheiro aqui não entra (...). A empresa que está a explorar sem parar é a Moz Gems, nunca parou e tem a área mais fértil.⁵⁷

Para os participantes na pesquisa, o cenário de pobreza vivido pelas comunidades próximas das áreas de exploração mineira é culpa do Governo, que permite que as empresas explorem recursos naturais sem beneficiar os residentes. Na percepção de alguns entrevistados, tal como o caso de um jovem garimpeiro de Mavuco, isso acontece porque o Governo é ambicioso e não se preocupa em desenvolver a vida do povo:

56 Entrevista com um Jovem em Mavuco, 24 de Julho de 2024.

57 Entrevista com um homem em Mavuco, 24 de Julho de 2024.

(...). Porquê o nosso Governo moçambicano os seus recursos minerais só dão poder, valor, para pessoas estrangeiras, a não querer investir o seu próprio país? Eu vivia em Zimbabwe. No Zimbabwe, o Governo fazia casas, usava o dinheiro dos mineiros que exploram os locais, para fazer casas de alvenaria para a população. O mesmo acontece na África do Sul e em Angola. Esses são países que têm recursos minerais e o povo está a desenvolver através daqueles recursos minerais. Mas o nosso Governo moçambicano não. Ele pensa que somos povo tapado. Eu, na minha pessoa, considero que é um Governo ambicioso, que não quer que o seu povo desenvolva. Não só aqui em Mavuco. Vamos ver em Montepuez, vamos ver todos sítios onde sai pedra, a população está vulnerável, pobre, desgraçada, acima da desgraça, mas essas são áreas mineiras e que geram muito dinheiro.⁵⁸

Como se pode observar através da citação acima, há uma ideia no seio dos entrevistados de que os benefícios da exploração mineira são expatriados para outros países, deixando as populações locais numa situação de precariedade. Para além desta exploração mineira não estar a melhorar a vida actual dos moçambicanos, algumas dos nossos entrevistados acreditam que isto pode até comprometer as gerações vindouras, como afirmou um jovem entrevistado em Mavuco:

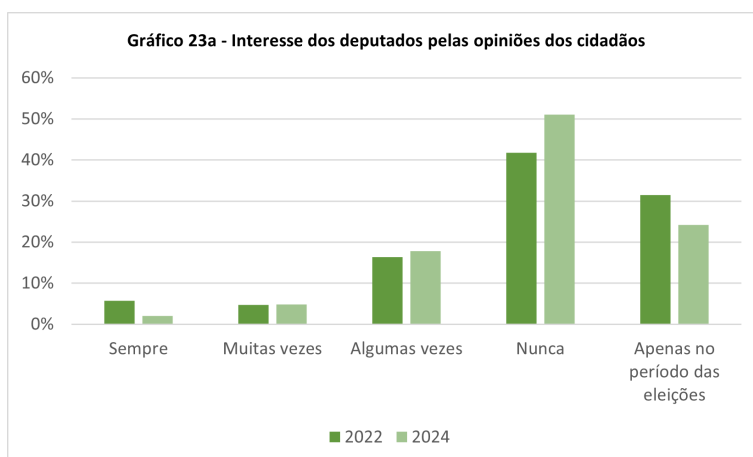
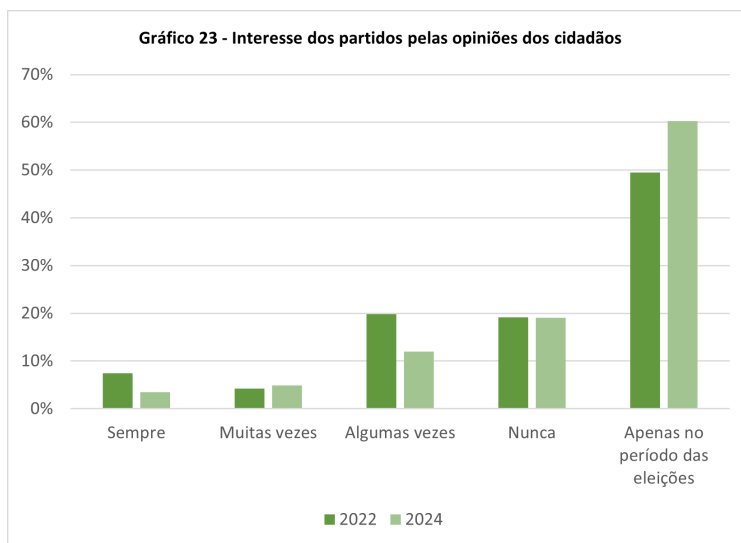
O que servirá de exemplo para o futuro, após a nossa geração passar? O que eles vão saber é que aqui saía pedra, o que vai confirmar essa existência. Um dia, essa pedra vai acabar. O que os nossos filhos vão dizer, o que vão ver? (...). Hoje, nós estamos ainda a viver na pobreza.⁵⁹

Os exemplos acima mencionados sugerem a existência de um sentimento de frustração popular relativamente aos benefícios da exploração dos recursos minerais. Esse sentimento de frustração tem vindo a contribuir para a exacerbação de conflitos entre as populações locais e as empresas mineradoras podendo, eventualmente, levar à violência. Aliás, a invasão de populares às instalações da Moz Gems, no dia 28 de Outubro de 2024, onde desapareceram 300 kg de turmalinas e foram incendiadas viaturas da empresa cristaliza essa relação conflituosa entre as populações locais e as empresas mineiras.

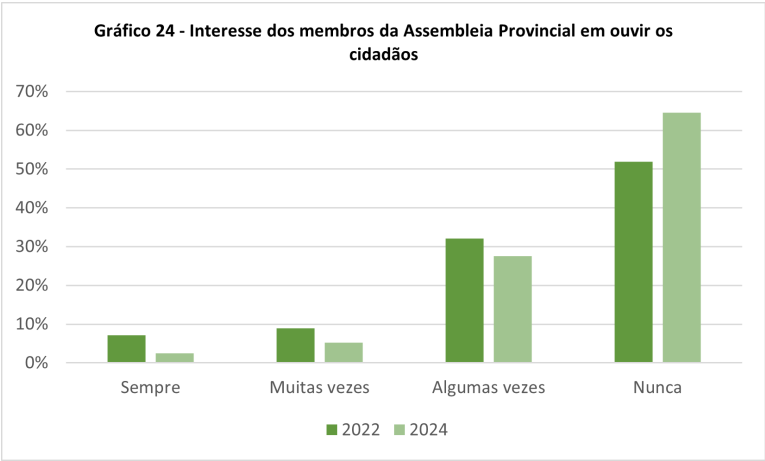
Em consonância com a insatisfação observada, existe uma ideia dominante entre os inquiridos que os partidos e os próprios deputados da Assembleia da República apenas manifestam interesse pelas opiniões dos cidadãos no período das eleições. Só à volta de 8% dos inquiridos exprimem a ideia de que os partidos e os deputados se interessam sempre, ou muitas vezes, pelas opiniões dos cidadãos (gráficos 23 e 23a). Neste aspecto, os jovens e as mulheres são os mais críticos.

58 Entrevista com um homem em Mavuco, 24 de Julho de 2024.

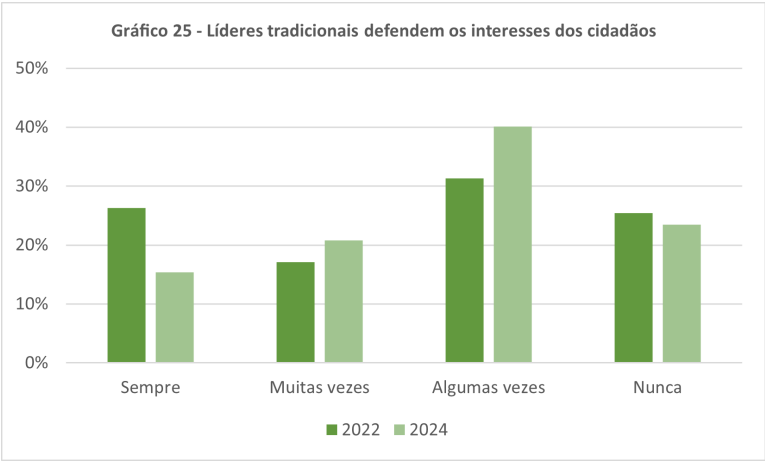
59 Entrevista com um Jovem em Mavuco, 24 de Julho de 2024.

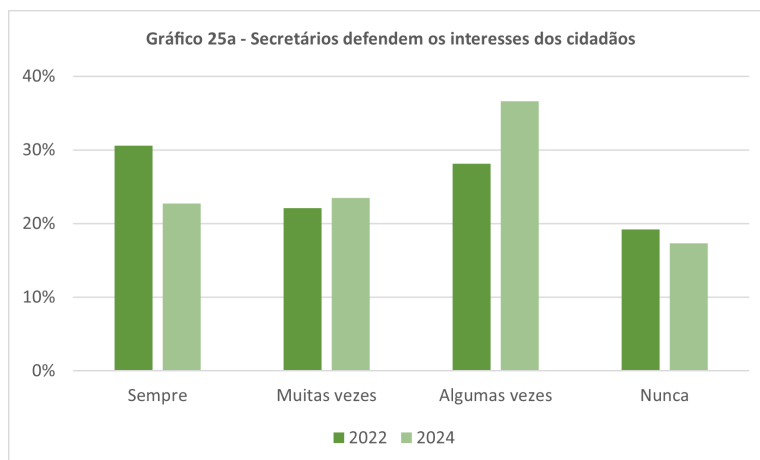


A apreciação em relação aos membros da Assembleia Provincial é praticamente a mesma. A maioria dos inquiridos (92%) consideram que esses representantes eleitos nunca, ou só algumas vezes, se interessam em ouvir os cidadãos (gráfico 24).

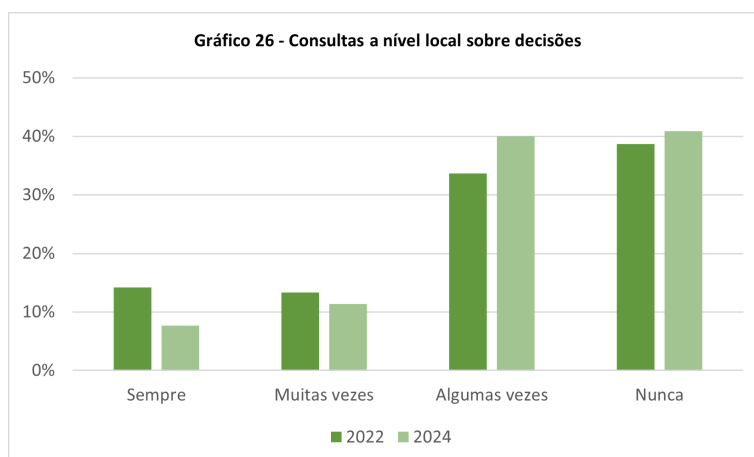


Ao contrário dos partidos e dos membros eleitos de órgãos representativos, os secretários de bairro e localidade e os líderes tradicionais beneficiam de uma apreciação mais positiva. Assim, 46% dos inquiridos consideram que os secretários defendem sempre, ou a maior parte das vezes, os interesses dos cidadãos e 36% têm a mesma opinião em relação aos líderes tradicionais (gráficos 25 e 25a).



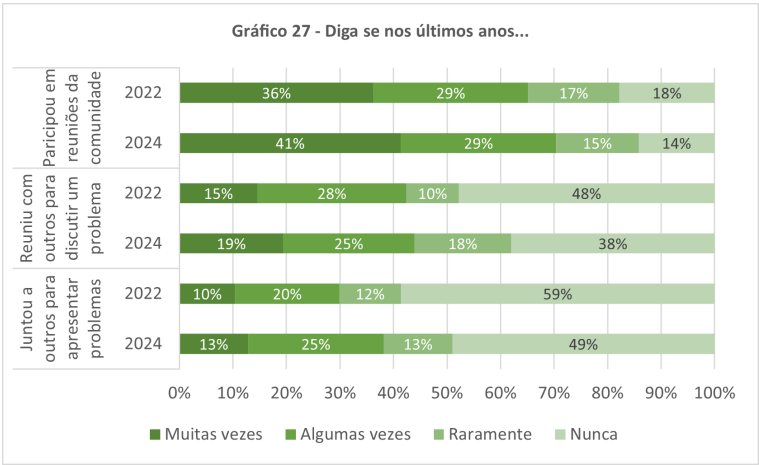


Finalmente, num contexto de fraco sentimento de representação ao nível político por parte dos cidadãos, é de referir que também a participação destes nas decisões sobre questões locais é fraca, pois só 19% dos inquiridos dizem que há sempre, ou muitas vezes, consultas por parte das autoridades locais antes da tomada de decisões, não se observando neste aspecto nenhuma mudança significativa entre 2022 e 2024, apesar de se notar uma ligeira tendência para uma avaliação mais negativa em 2024 (gráfico 26). Registe-se que as mulheres são mais críticas que os homens: 49% das mulheres declaram que nunca há consultas e apenas 33% dos homens têm essa posição (em 2024).

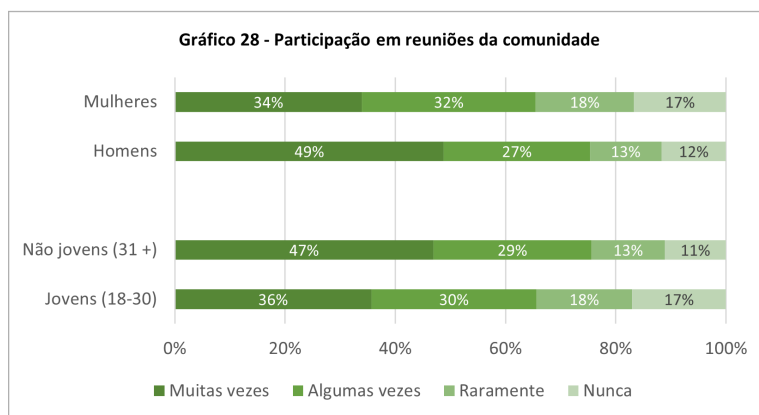


8. ENGAJAMENTO CÍVICO

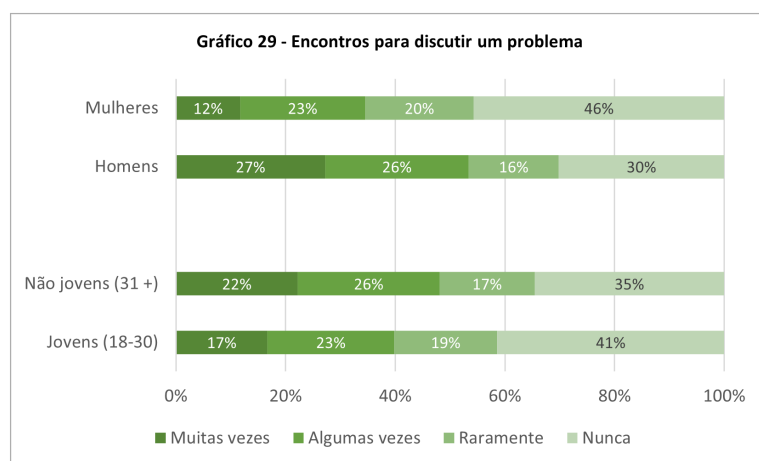
O nível de engajamento cívico em Moma parece ser relativamente fraco (gráfico 27). Se, por um lado, a participação em reuniões da comunidade é uma prática relativamente frequente, havendo 41% dos inquiridos que disseram ter participado nesse tipo de encontros muitas vezes e 29% algumas vezes, é de referir, no entanto, que há 14% dos inquiridos que nunca participaram em reuniões da comunidade. Ao mesmo tempo, são 56% os que nunca, ou raramente, se reuniram com outros concidadãos para debater sobre um problema e 62% os que nunca, ou raramente, se juntaram a outros para apresentar problemas da comunidade aos responsáveis locais.



Uma análise mais pormenorizada permite ver que quem participa mais nas reuniões da comunidade são os homens e os mais velhos (gráfico 28).



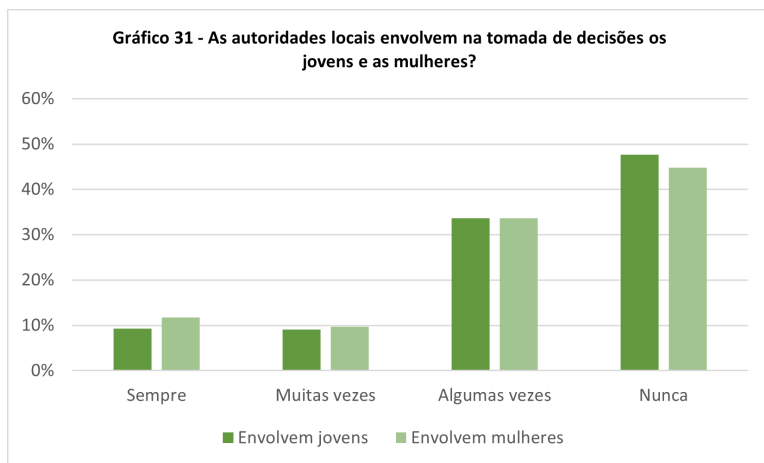
Da mesma maneira, são também os homens e os mais velhos que mais se reúnem para discutir problemas da comunidade (gráfico 29).



A falta de mobilização dos cidadãos para acções comuns reflecte-se também na ausência praticamente total de contacto com responsáveis políticos eleitos (gráfico 30), ou seja, os contactos restringem-se praticamente só aos secretários de bairro e aos líderes tradicionais. Mesmo em relação a estes últimos, constata-se que 60% dos inquiridos em Moma nunca contactaram com eles.

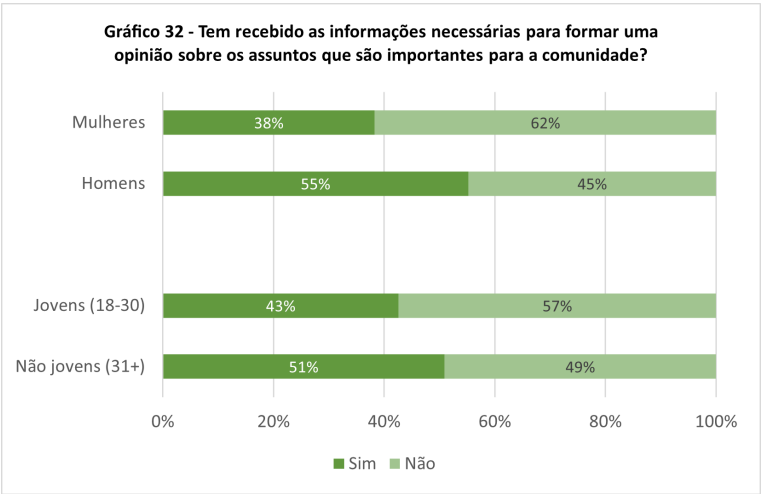


Se os cidadãos têm poucas iniciativas no sentido de participar na vida pública, também as autoridades locais parecem ter um défice no que respeita ao envolvimento desses grupos no processo decisório. De acordo com os dados no gráfico 31, há perto de 50% dos inquiridos que consideram que as autoridades locais e municipais nunca envolvem os jovens e as mulheres nas decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito.

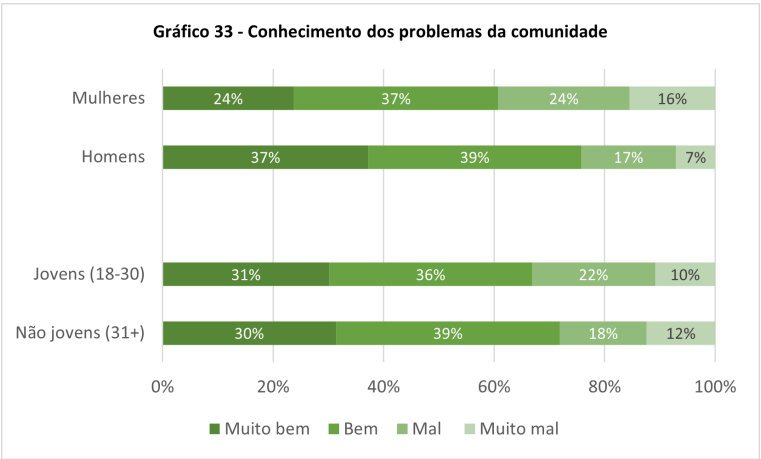


A informação, o conhecimento dos assuntos que afectam a comunidade e a capacidade de intervenção para exprimir opiniões são elementos de base para a participação e o engajamento cívico por parte dos cidadãos. Deste ponto de vista, 53% dos inquiridos dizem que não têm recebido as informações necessárias para formar uma opinião sobre os assuntos importantes para a comunidade (gráfico 32). Também aqui se verifica uma diferença significativa entre homens e mulheres: a maioria dos

homens dizem ter essa informação (55%), enquanto o valor correspondente para as mulheres é de apenas 38%. Igualmente, os não jovens parecem estar mais bem informados (52%) que os jovens (45%).

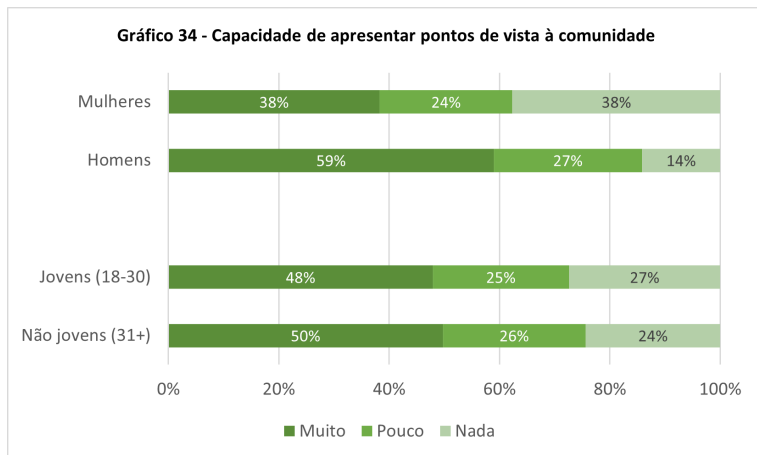


Por outro lado, a maioria dos inquiridos (68%) afirmam conhecer bem, ou muito bem, os problemas que afectam a comunidade, sendo os homens que mais afirmam ter esse conhecimento. Ao mesmo tempo, não se regista uma diferença significativa em termos de idade (gráfico 33).

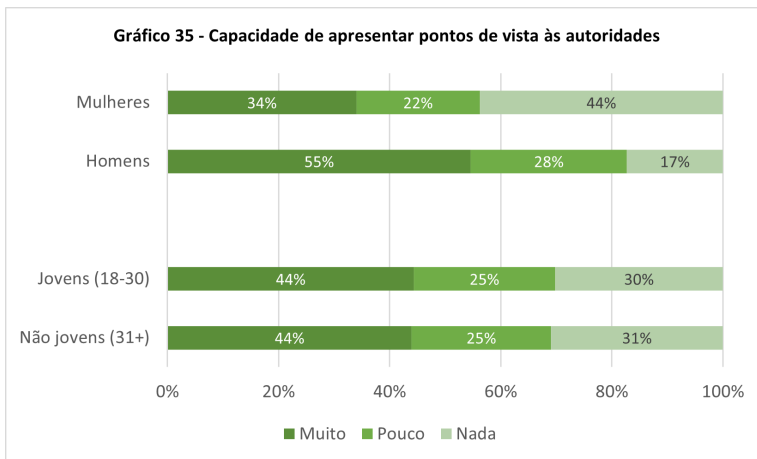


Também a capacidade de apresentar os seus pontos de vista e opiniões em encontros das comunidades não parece constituir um problema para uma boa parte dos inquiridos, pois há 49% que consideram ser muito capazes de apresentar os seus pontos nos encontros da comunidade. No entanto, há que considerar que cerca de

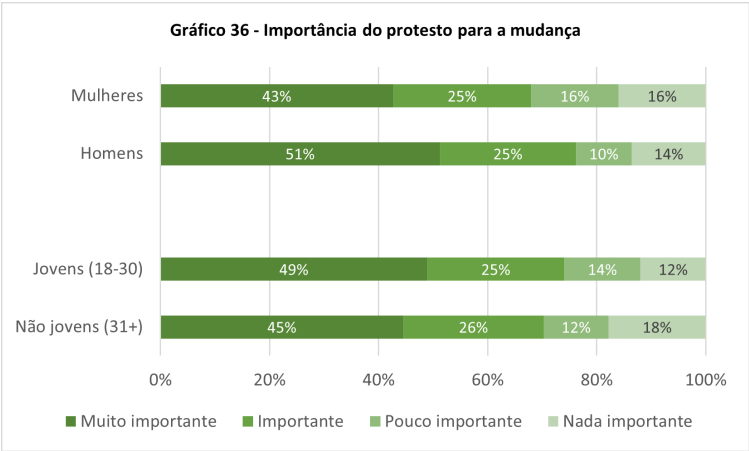
um quarto dos inquiridos (26%) se dizem nada capacitados para apresentar as suas opiniões e que são sobretudo as mulheres (38%) que reconhecem não ter essa capacidade. Em termos de idade, não se registam diferenças significativas (gráfico 34).



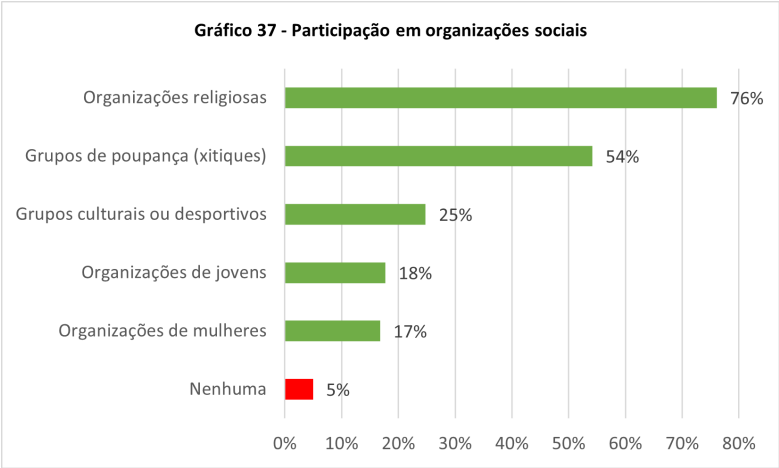
O mesmo padrão observa-se em relação à questão de apresentar opiniões às autoridades locais. Neste caso, as mulheres são 44% a dizer que não estão nada capacitadas nesse aspecto (gráfico 35).



A ideia que é importante protestar quando algo precisa ser mudado na sociedade é amplamente partilhada pelos inquiridos: 47% consideram muito importante o protesto e 25% consideram-no importante. Não há uma grande diferença de opinião em termos de idade, mas há 51% dos homens que consideram muito importante o protesto, contra apenas 43% das mulheres (gráfico 36).



A participação dos cidadãos em organizações sociais extrafamiliares é também um indicador do grau de envolvimento cívico. De acordo com os resultados da pesquisa, a maior participação observa-se nas organizações de carácter religioso, seguindo-se os grupos de poupança, os grupos de cultura e desporto e, por fim, as organizações de jovens, e as organizações de mulheres. O gráfico 37 apresenta a percentagem de inquiridos que disseram fazer parte de cada um dos diferentes tipos de organização⁶⁰.



Ainda de acordo com os resultados do inquérito, 5% dos inquiridos não participam em nenhuma organização social, 41% são membros de apenas um tipo de organi-

60 No entanto, considerando que, por definição, a participação nas organizações femininas e de jovens é limitada a essas categorias sociais, a sua importância real é superior à dos grupos culturais e desportivos.

zação, 27% participam em dois tipos de organizações, 17% em três, 8% em quatro e 2% em cinco.

Uma jovem residente na zona de Naminhoco explicou quais eram, na sua percepção, as razões da ausência de engajamento cívico. Na sua opinião, isto acontece por falta de incentivo como indica a transcrição a seguir:

Eu era activista numa organização de jovens. Fazíamos palestras sobre abuso sexual, como prevenir gravidez precoces e uniões prematuras. Estudei até 12ª classe e fui activista por um ano. Lá havia muito trabalho, mas não havia rendimento. Nunca houve motivação e nem apoio. E sempre éramos chamados todos os dias com a coordenadora. Às vezes 13 horas em ponto ligava para irmos na rádio falar sobre um assunto. Podia depois dizer para ir fazer palestra em Motomoto, por exemplo, sem almoçar, e nem nos davam dinheiro de táxi mota. É para andar a pé para muito longe. Mas eu também comecei a reparar que preciso de um apoio (...). Jovens daqui de Moma são dinâmicos, mas eles querem resultados do seu trabalho. Você vai à reunião e nada acontece, não há motivação, e depois começa a desistir. Todos queremos fazer engajamento cívico, mas não é fácil. Não conseguimos fundos e acabamos desistindo. Não há incentivo.⁶¹

61 Entrevista com jovem mulher, bairro Naminhoco, Moma-sede, 19 de Julho de 2024.

NOTAS FINAIS

Quando se compara os dados das duas rondas do Barómetro de Coesão Social, nota-se uma tendência positiva relativamente à avaliação que os inquiridos fazem acerca das suas condições de vida. Essa tendência positiva, em grande medida, deve-se à crescente comercialização de produtos agrícolas e ao desenvolvimento da actividade do garimpo no distrito. Apesar disso, os residentes de Moma queixam-se da ausência do Governo no incentivo dessas actividades. Os camponeses queixam-se de não haver regulamentação e acções concretas do Governo para proteger a actividade agrícola e controlar os preços para defender os seus interesses. Por sua vez, os garimpeiros acusam o Governo de dificultar as populações locais de desenvolver o garimpo arrancando-lhes as terras para permitir que empresas licenciadas e com capital estrangeiro explorem essas áreas. Ao longo do tempo, foi-se construindo uma narrativa, segundo a qual os recursos minerais beneficiam mais aos estrangeiros que às populações locais. Esta situação tem criado um sentimento de revolta e frustração popular com um enorme potencial de gerar actos de violência.

O sentimento de exclusão continua muito forte no distrito de Moma. Quase metade da população inquirida demonstra um sentimento de frustração por considerar que o Governo discrimina a população com base na filiação partidária. O mesmo se verifica relativamente ao acesso às oportunidades. Existe uma visão negativa sobre a existência de igualdade de oportunidades no acesso ao emprego no sector privado, no sector público e aos fundos do Governo. Os inquiridos deixaram transparecer a existência de uma rede de clientelismo, nepotismo e corrupção, no acesso a essas oportunidades.

Tal como em 2022, a segurança é elevada nos locais de residência, embora haja uma ligeira tendência das mulheres se declararem menos seguras que os homens. No que se refere à confiança nos outros, esta continua muito forte em relação ao círculo familiar e vizinhança. Entretanto, tal como na primeira ronda, os níveis de confiança nos desconhecidos e estrangeiros continuam sendo muito baixos. A crescente presença de estrangeiros que se dedicam à exploração mineira e a guerra em Cabo Delgado constituem os maiores factores para esta desconfiança. Por um lado, existe o receio de que a presença de estrangeiros e desconhecidos crie condições para o alastramento do conflito armado de Cabo Delgado para o distrito. Por outro lado,

existe um sentimento de frustração por parte das populações locais relativamente aos estrangeiros, pois consideram que estes, não só retiram as suas oportunidades de emprego nas empresas mineradoras, mas também limitam o seu acesso às zonas de exploração mineira.

Os serviços de educação, saúde e tribunais continuam a beneficiar de maior confiança que os serviços de água, a Polícia e a Comissão Nacional de Eleições. No entanto, apesar de se registar um certo nível de confiança em relação a estes serviços, as populações queixam-se da qualidade das infraestruturas, das enchentes nas salas de aulas e nos hospitais, de cobranças ilícitas, da falta de medicamentos e da ausência de professores nas áreas mais recônditas do distrito. Relativamente às lideranças locais, é de destacar que os líderes religiosos e os secretários de bairro ou localidade são os que beneficiam de maior confiança. Entretanto, o Conselho Consultivo Distrital regista o valor mais baixo na confiança dos inquiridos. Sendo este um órgão comunitário, que, em teoria, é composto por membros representantes de todas as zonas do distrito, o fraco nível de confiança por parte dos inquiridos parece pôr em causa a representatividade do órgão, uma vez que muitos dos inquiridos não se sentem representados por ele.

Quanto às lideranças provinciais e nacionais, o Governador Provincial e o Secretário de Estado inspiram maior confiança. O Presidente da República regista um nível de confiança menor, tendo mesmo esse nível de confiança baixado consideravelmente de 2022 para 2024. Paralelamente, em Moma, prevalece um sentimento de insatisfação política relativamente à maneira como o Governo trabalha, a ponto de mais da metade dos inquiridos considerarem que a governação de um outro partido seria melhor. Ainda persiste um fraco sentimento de representação, considerando-se que, os deputados e os membros das assembleias, ao nível provincial e nacional, não se interessam pelas opiniões dos cidadãos e nunca descem até à base para auscultar os seus problemas. Em contrapartida, os secretários e líderes tradicionais gozam de um sentimento de representação um pouco mais forte, pois segundo os participantes do estudo, estes procuram ouvir os cidadãos, apesar de nunca resolverem os seus problemas.

O engajamento cívico na vida das comunidades continua fraco. Apesar das populações participarem em reuniões, os homens e os mais velhos é que tomam decisões, deixando de lado as mulheres e os jovens.

De um modo geral, tal como já se havia constatado em 2022, a presença de estran-

geiros nas áreas onde se pratica o garimpo, nomeadamente tanzanianos e malawianos, que se deslocam ao distrito para comprar produtos mineiros das populações locais e sobretudo a presença de pessoas de outras nacionalidades detentoras de licença de exploração mineira têm resultado nalguma tensão. Em alguns casos, tem havido confrontos entre os jovens garimpeiros locais e os seguranças das empresas. As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que esta onda de descontentamento, frustração e intolerância pode criar terreno fértil para o surgimento de grupos radicais.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (2012). Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70.
- Brunkhorst, H. (2005). Solidarity: From civic Friendship to a Global Community. Cambridge: MIT Press.
- Chan, J., To, H.-P., & Chan, E. (2006). Reconsidering social cohesion: Developing a definition and analytical framework for empirical research. *Social Indicator Research*, 75(2), 273–302.
- Durkheim, É. (1977). A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença.
- Durkheim, É. (1991). Les formes elementaires de la vie religieuse. Paris: Le livre de poche.
- Forquilha, S., & Pereira, J. (2022). Migration Dynamics and the Making of the Jihadi insurgency in Norte-hrn Mozambique. *eJournal of Portuguese History*, 20(2).
- Gurr, T. R. (1970). Why Men Rebel. New Jersey: Princeton University Press.
- Ikweli. (2024, outubro 27). Chalaua: Manifestantes incedeiam sede da Frelimo e residência do primeiro secretário local. Jornal Ikweli. <https://ikweli.co.mz/2024/10/27/chalaua-manifestantes-incedeiam-sede-da-frelimo-e-residencia-do-primeiro-secretario-local/>
- INAM. (2022). Plano Nacional de Acção para Redução e/ou Eliminação do uso do Mercúrio na Mineração Artesanal e de Pequena Escala do Ouro (MAPEO), em Moçambique de acordo com a Convenção de Minamata (Maputo). <https://minamataconvention.org/sites/default/files/2024-03/Mozambique-NAP-2021-PT.pdf>
- Integrity. (2024, novembro 10). “Cerca de 300 kg de turmalinas roubadas em Moma já

- foram contrabandeadas e transportadas para Abu Dhabi”, afirma investigad. Integrity Magazine. <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/34348>
- Laitinen, A., & Pessi, A. B. (2014). Solidarity (An Introduction”, in Arto Laitinen and Anne Birgitta Pessi (ed)). Lanham: Lexington Books. <https://www.bloomsbury.com/us/solidarity-9780739177273/>
- Mattos, R. (2018). As Dimensões da Resistência em Angoche: Da Expansão Política do Sultanato à Política Colonialista no Norte de Moçambique (1842—1910). São Paulo: Alameda.
- MIREME, & INE. (2022). Mozambique—Resultados do Censo de Mineradores Artesanais de Mocambique, 2021. <https://mozdata.ine.gov.mz/index.php/catalog/>
- Mosca, J. (2014). Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e políticas [workingPaper]. ISEG - CEsa. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/7394>
- Mosca, J., & Abbas, M. (2013). Preços e Mercados de Produtos Agrícolas Alimentares – OMR. <https://omrmz.org/observador/or-03-precos-e-mercados-de-produtos-agricolas-alimentares/>
- Nova, Y. P. (2018). Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor. – OMR. <https://omrmz.org/observador/or-59-estruturas-de-mercado-e-sua-influencia-na-formacao-dos-precos-dos-produtos-agricolas-ao-longo-das-suas-cadeias-de-valor/>
- Tönnies, F. (1946). Princípios de Sociologia. Fondo de Cultura Económica.
- UNDP. (2016). Towards a mesurment of social cohesion for Africa. Addis Ababa: UNDP.
- Wamphula Fax. (2024, outubro 29). População destrói posto policial da PRM em Chaula. Wamphula Fax. <https://www.wamphulafax.co.mz/2024/10/29/populacao-destroi-posto-policial-da-prm-em-chaula/>

Endereço:

(+258) 21 486043

E-mail: iese@iese.ac.mz

142 R. Macombe Macossa, Maputo

